

PESQUISA DE QUALIDADE DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO FINAL PRODUZIDO PELA
EQUIPE SAGI/MDS BASEADO NA
PESQUISA REALIZADA PELA EMPRESA
DATAMÉTRICA CONSULTORIA,
PESQUISA E CONTACT CENTER
(OUTUBRO 2014 A FEVEREIRO 2017)

Pesquisa de Qualidade do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Relatório final produzido pela equipe Sagi/MDS com base na pesquisa elaborada pela Datamétrica

1. Introdução

Este relatório tem por objetivo descrever o processo de execução da Pesquisa de Avaliação da Qualidade do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), bem como apresentar alguns resultados obtidos a partir desta pesquisa. Para fins desta pesquisa, o que se convencionou chamar de qualidade do CadÚnico diz respeito ao grau de similaridade entre as informações coletadas pela pesquisa e as informações prestadas no ato do cadastramento. Nesse sentido, dentro do processo de melhoria contínua e fortalecimento do CadÚnico, esta pesquisa procurou verificar a qualidade das informações coletadas por meio dos instrumentos da Versão 7 (V7) do Cadastro Único. Vale ressaltar que esta pesquisa não possui objetivo de auditoria ou controle, mas tão somente conferir o nível de correspondência com as informações prestadas no ato do cadastramento.

O objetivo geral da pesquisa, portanto, consistiu em avaliar a qualidade das informações registradas no CadÚnico por meio da coleta de dados primários, através de entrevistas domiciliares com famílias que tiveram o cadastro realizado ou atualizado no período de até seis meses antes do início do trabalho de campo da pesquisa. Além de questões nos moldes das questões do CadÚnico, a pesquisa também buscou identificar o conhecimento da população inscrita sobre o processo de cadastramento e de concessão do Programa Bolsa Família (PBF), os sentimentos relacionados à condição financeira, as experiências das famílias no processo de cadastramento, dentre outros aspectos.

Além das entrevistas com as famílias, foram também entrevistados gestores municipais, coordenadores estaduais e entrevistadores do Cadastro Único. A pesquisa com esses atores envolvidos no processo de cadastramento objetivou identificar o conhecimento sobre as normas e os procedimentos relativos ao cadastramento e à concessão de benefícios do PBF, aspectos relacionados à capacitação dos entrevistadores, à infraestrutura disponível para o cadastramento, sobre aspectos da gestão do Cadastro no âmbito municipal e estadual, bem como sobre os materiais e instrumentos utilizados.

O CadÚnico foi criado em julho de 2001 com o objetivo de cadastrar e manter informações atualizadas das famílias de baixa renda no país. Atualmente é considerado o principal instrumento na identificação e

caracterização dessas famílias. É utilizado pelos mais variados programas sociais como fonte de informações, que permitem não apenas a identificação e seleção de potenciais beneficiários, mas também o monitoramento e acompanhamento dos atuais beneficiários, podendo também ser usado pelos governos estadual, distrital e municipal. Alguns exemplos de programas que fazem o uso sistemático das informações contidas no Cadastro Único são: Programa Bolsa Família, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Tarifa Social de Energia Elétrica, o programa para construção de cisternas de captação de água da chuva no semiárido, a isenção de taxas em concursos públicos, o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Contudo, diversos fatores podem afetar a qualidade das informações prestadas no processo de cadastramento da população de baixa renda, como a disponibilidade e qualidade da infraestrutura disponível para que o trabalho de cadastramento seja realizado, a forma como a coleta das informações que compõem os formulários é realizada, o perfil dos entrevistadores e sua capacitação, os elementos que compõem a gestão municipal do Cadastro Único, dentre outros aspectos. A Pesquisa de Qualidade do Cadastro visou trazer informações sobre esses aspectos, a fim de colaborar para futuros aperfeiçoamentos no processo de cadastramento.

Além desta introdução, este relatório apresenta outras cinco seções. A próxima seção traz uma breve descrição sobre o processo de execução da pesquisa. A terceira seção apresenta a comparação entre as informações do CadÚnico e as informações obtidas na pesquisa para algumas variáveis dos questionários de pessoas e famílias. A quarta seção apresenta alguns resultados sobre as percepções e sentimentos dos cadastrados a respeito do processo de cadastramento e do PBF. A quinta seção apresenta os principais resultados da pesquisa com os atores envolvidos na gestão e execução do Cadastro, a saber, coordenadores estaduais, gestores municipais e entrevistadores. A última seção traz as considerações finais.

2. Sobre a pesquisa

A Pesquisa de qualidade do Cadastro Único foi executada no período de outubro de 2014 a fevereiro de 2017, por meio de um Contrato Administrativo firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e a Empresa Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Contact Center.

A primeira etapa da pesquisa compreendeu entrevistas qualitativas com gestores municipais do Cadastro Único para obter informações sobre a organização e a gestão municipal. Após isso foram convidados especialistas em âmbito nacional e técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social para discussão do material coletado com intuito de subsidiar os questionários que seriam aplicados para os quatro atores da pesquisa: coordenador estadual, gestor municipal, entrevistadores e famílias.

A etapa quantitativa da pesquisa foi realizada entre outubro de 2015 e maio de 2016. Ao todo foram realizadas 5.736 entrevistas presenciais com famílias e 364 entrevistas presenciais com os profissionais responsáveis pelo cadastramento das famílias no Cadastro Único (entrevistadores municipais), em 167 municípios selecionados previamente. Todas as entrevistas com as famílias foram realizadas nos respectivos domicílios. Além disto, a pesquisa contemplou uma amostra ampliada de municípios onde foram realizadas entrevistas com 392 gestores municipais do Cadastro Único, bem como foram realizadas 27 entrevistas com os coordenadores estaduais e do Distrito Federal do Cadastro Único. Os domínios amostrais, isto é, as subdivisões da amostra para as quais será possível obter estimativas amostrais, foram definidos de modo a garantir representatividade estatística por grandes regiões geográficas – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – e por porte populacional do município. Este último foi definido de acordo com o seguinte critério: até 10.000 habitantes, mais de 10.000 a 20.000 habitantes, mais de 20.000 a 50.000 habitantes, mais de 50.000 a 100.000 habitantes, mais de 100.000 a 500.000 habitantes e mais de 500.000 habitantes. O tamanho de população considerado para tal foi o do Censo Demográfico 2010. A tabela a seguir apresenta a distribuição das entrevistas com famílias de acordo com os domínios amostrais. É importante destacar que a representatividade da amostra será apenas segundo Grandes Regiões e Porte Populacional, separadamente.

Tabela 1 - Número de entrevistas realizadas com as famílias

Porte Populacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Até 10.000 habitantes	170	185	189	191	188	923
Mais de 10.000 a 20.000	189	183	186	164	181	903
Mais de 20.000 a 50.000	189	188	188	192	193	950
Mais de 50.000 a 100.000	168	190	184	178	193	913
Mais de 100.000 a 500.000	263	184	219	233	192	1.091
Mais de 500.000 habitantes	95	281	391	97	92	956
Total de entrevistas	1.074	1.211	1.357	1.055	1.039	5.736

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

As famílias entrevistadas foram selecionadas a partir de um sorteio aleatório simples tendo por base as famílias que tiveram o cadastro realizado ou atualizado no período de até seis meses antes da pesquisa de campo. Neste ponto vale ressaltar que os dados provenientes da pesquisa refletem apenas estas famílias e não o quadro geral de famílias no CadÚnico. A coleta de dados junto às famílias fez uso de instrumento que permitiu capturar informações sobre as características dos domicílios, das famílias, das pessoas integrantes das famílias, dentre outras informações. Diante do objetivo principal desta pesquisa,

de avaliar a qualidade das informações contidas no Cadastro Único, a maioria das questões contidas no instrumento de coleta de dados utilizado replicava exatamente as mesmas questões contidas no formulário utilizado no processo de cadastramento das famílias quando de sua inclusão e/ou alteração de dados no CadÚnico (versão 7).

Para cada família sorteada para responder a pesquisa, foram também sorteadas famílias que poderiam servir como substitutas caso a entrevista com alguma das famílias sorteadas não pudesse ser realizada por algum motivo (e.g. recusa do RF, morte do RF, família mudou, etc.). Neste contexto, os pesquisadores deveriam substituir as entrevistas seguindo uma sequência previamente estabelecida. Na impossibilidade de serem realizadas todas as entrevistas (com famílias sorteadas e substitutas), ocorreria uma perda amostral.

A pesquisa adotou como critério para definição de perdas amostrais (insucessos) os seguintes casos:

- i. Entrevistas não realizadas e não substituídas;
- ii. Entrevistas realizadas em desacordo com o plano amostral estabelecido;
- iii. Entrevistas realizadas sem a caracterização do respondente ou dos moradores do domicílio;
- iv. Entrevistas que não sejam válidas, isto é, não representem dados fidedignos que possam ser registrados nos bancos de dados após realizadas análises de consistência.

Vale salientar que, para fins de caracterização, foram consideradas como perdas de coleta de dados os casos nos quais os respondentes recusaram-se a participar das entrevistas e a indicar, no caso dos gestores, uma pessoa que concedesse a entrevista em seu lugar ou, ainda, nos casos em que o respondente não foi localizado após três tentativas em turnos diferentes em distintos dias.

3. Pesquisa e Cadastro: comparando as informações

Um dos objetivos da pesquisa de qualidade era aferir a qualidade dos dados do Cadastro Único com base no contraste entre os dados coletados pelos entrevistadores do Cadastro Único das gestões municipais e os dados coletados na pesquisa de campo. Vale ressaltar, novamente, que o desenho da pesquisa não permite uma avaliação da qualidade geral do Cadastro Único pelo fato de a pesquisa ter capturado informações apenas de famílias incluídas no Cadastro Único ou que tiveram seu registro atualizado em até seis meses anteriores à realização da pesquisa de campo. Deste modo, os resultados apresentados nesta seção servem apenas para entender aspectos e resultados do processo de cadastramento *per se* e não devem ser utilizados, portanto, para aferir o estado da arte do estoque de informações do Cadastro.

Para analisar o grau de consistência entre as informações obtidas pela pesquisa e as informações existentes no Cadastro Único, foi procedido o pareamento dessas duas bases de dados, utilizando como variáveis chaves o código familiar, o nome da pessoa e a data de nascimento. Das 5.736 famílias entrevistadas na pesquisa, 5.612 (97,8%) foram pareadas com as famílias existentes no Cadastro Único. Essa diferença se deve a entrevistas da pesquisa que foram realizadas com pessoas que não correspondiam à pessoa de referência da família (RF) no CadÚnico. Entende-se que não é o procedimento mais adequado comparar dados que não foram declarados pelo RF da família, e sendo assim, fez-se a opção de excluir essas famílias da análise.

As 5.736 famílias entrevistadas na pesquisa corresponderam a 23.988 pessoas. Contudo, além da exclusão de famílias devido às entrevistas realizadas com membros que não eram a pessoa de referência, ao cruzar as bases de dados algumas pessoas que estavam no Cadastro Único não foram encontradas na pesquisa, bem como algumas pessoas da família que foram citadas na pesquisa não estavam incluídas no extrato do Cadastro utilizado para pesquisa. Isso pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles mudanças na família durante o espaço de tempo entre o cadastro e a pesquisa. Por exemplo, mesmo com uma diferença máxima de seis meses, alguns membros podem ter casado, separado, nascido, falecido, migrado, etc. e, portanto, mudado a composição familiar. As pessoas que não foram registradas em ambas as bases de dados (pesquisa e CadÚnico) foram excluídas da base de dados utilizada para as análises aqui apresentadas.

Assim, os resultados apresentados nesta seção são extraídos da base de dados proveniente do pareamento entre as bases do Cadastro e da pesquisa que, após os filtros descritos, resultou em uma base de dados com 5.612 famílias, que somam um total de 19.556 pessoas. Em que pese a pesquisa ter reproduzido todo o conteúdo do CadÚnico, para fins deste relatório, serão apresentados o grau de consistência entre esses dois registros apenas para algumas das principais variáveis do Cadastro. Tais variáveis foram escolhidas tendo em vista seu uso para inclusão em programas e concessão de benefícios sociais. Para verificar a similaridade entre as informações nas duas bases de dados, utilizou-se o teste t e o p -valor para diferenças de médias. Esse teste estatístico compara duas médias pertencentes à mesma unidade de análise, que, no caso da pesquisa, são as famílias cadastradas no Cadastro Único. O objetivo do teste é determinar se há evidência estatística de que a diferença entre as médias das observações pareadas de uma determinada variável (por exemplo, despesa com medicamento) é diferente de zero. Ou seja, quão próximas são as informações de ambas as bases de dados.

A primeira variável analisada é a quantidade de meses trabalhados nos últimos 12 meses. Para analisar as variáveis sobre trabalho, assim como as variáveis de renda, foi excluído da base de dados todos os

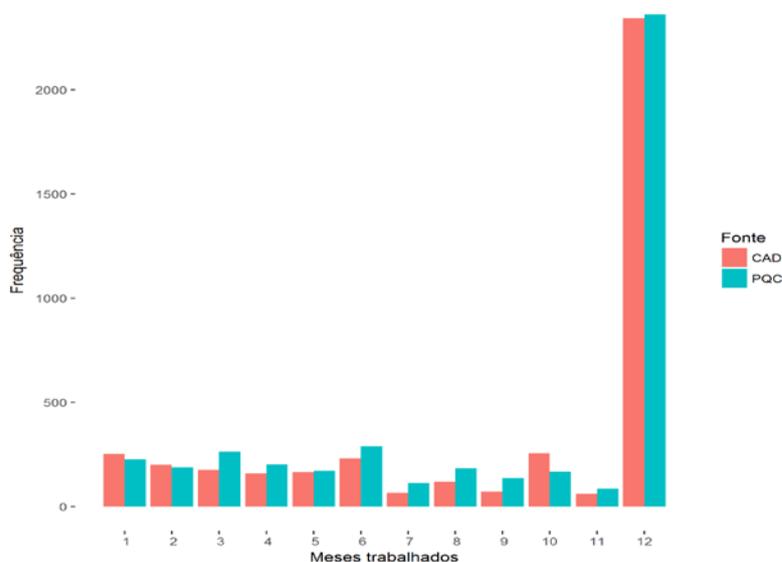
indivíduos menores de 14 anos¹. A tabela 2 e o gráfico 1 mostram a comparação entre as informações para a quantidade de meses trabalhados nos últimos 12 meses na pesquisa e no Cadastro Único. O teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra que não há diferença estatisticamente significativa entre os valores médios declarados na pesquisa e no Cadastro.

Tabela 2 – Quantidade de meses trabalhados nos últimos 12 meses

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	1	6	12	8,943	12	12	4153
Cadastro Único	1	6	12	9,139	12	12	4446
Teste de diferença das médias $t = 0.18813$, $gl = 3029$, $p\text{-valor} = 0.8508$							

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Gráfico 1 – Quantidade de meses trabalhados nos últimos 12 meses



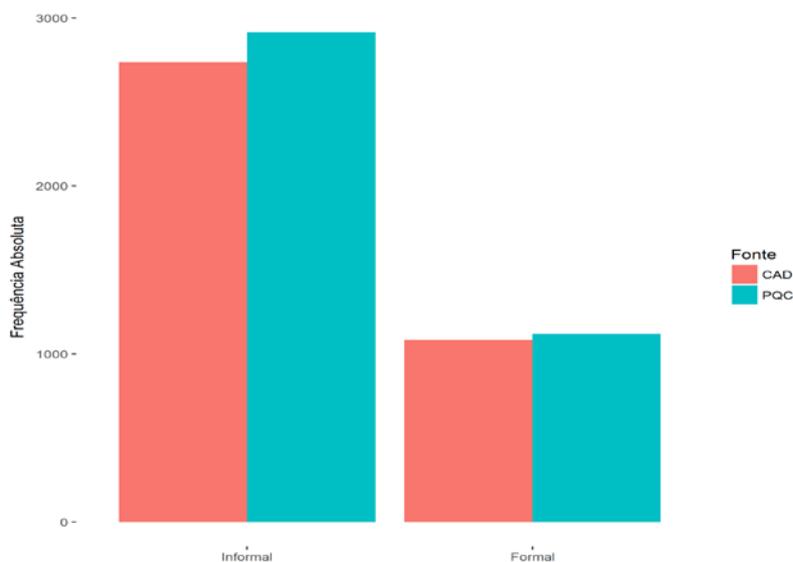
Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Ao analisar a posição na ocupação, se formal ou informal, a pesquisa de qualidade do cadastro registrou que 27,8% dos que declararam que trabalharam na semana anterior estavam em um trabalho formal. No Cadastro Único esse percentual era 28,4%. O gráfico 2 mostra a comparação entre as informações para

¹ Esse procedimento visa analisar dados de trabalho e renda apenas das pessoas economicamente ativas.

esta variável na pesquisa e no Cadastro Único. O teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra que não há diferença estatisticamente significativa entre as duas amostras (p -valor = 0.5668).

Gráfico 2 – Posição na ocupação



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

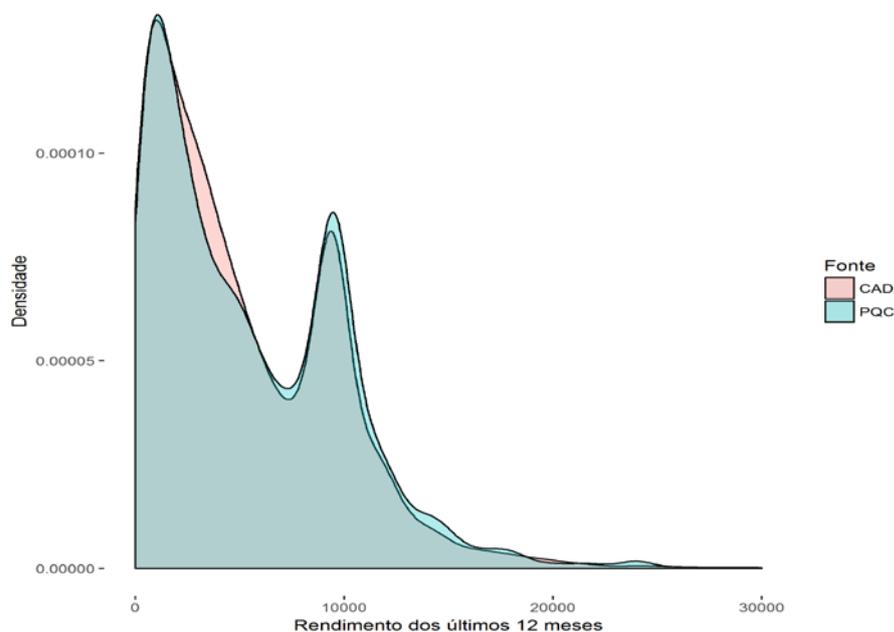
A tabela 3 e o gráfico 3 mostram a comparação entre as médias e distribuição da variável rendimento recebido nos últimos 12 meses na pesquisa e no Cadastro Único. Para esta variável o teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra diferença estatisticamente significativa, ou seja, os valores declarados na pesquisa, em média, são diferentes daqueles declarados no cadastramento. Em termos absolutos, a diferença entre o rendimento médio na pesquisa e no Cadastro é de R\$199,71. Vale ressaltar que, como mostrado no gráfico 2, a grande maioria dos cadastrados trabalham no mercado informal e, como a renda do trabalho informal é mais volátil, essa diferença no rendimento dos últimos 12 meses pode estar relacionada a este último aspecto.

Tabela 3 – Rendimento recebido nos últimos 12 meses (em R\$)

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	20	1560	4500	5484,81	9450	78000	4522
Cadastro Único	0	1560	3942	5285,10	8700	75330	4446
Teste de diferença das médias		t = 2.5814, df = 2802, p-valor = 0.009891					

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Gráfico 3 – Rendimento recebido nos últimos 12 meses (em R\$)



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Também foi calculado o rendimento recebido nos últimos 12 meses dividido pela quantidade de meses trabalhados. A tabela 4 e o gráfico 4 mostram a comparação entre as médias e distribuição desta variável na pesquisa e no Cadastro Único. Para esta variável, o teste de diferença de médias para as amostras pareadas também mostra diferença estatisticamente significativa. Portanto, os valores declarados na pesquisa, em média, são diferentes daqueles declarados no cadastramento. Em termos absolutos, a diferença entre o rendimento médio dos meses trabalhados na pesquisa e no Cadastro é de R\$122,21. Novamente, essa diferença pode ter a influência da flutuação comum nos rendimentos de pessoas empregadas no mercado informal.

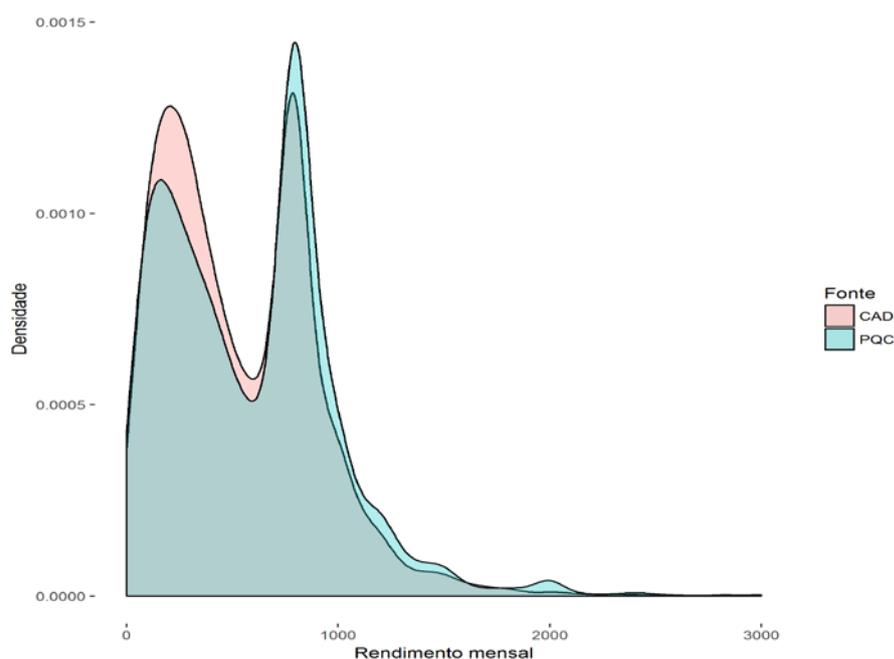
Tabela 4 – Rendimento recebido nos últimos 12 meses dividido pelo número de meses trabalhados (em R\$)²

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	3.333	250	600	675,37	800	19000	4536
Cadastro Único	0	220	500	553,16	788	12000	4446

Teste de diferença das médias
 $t = 5.7999$, $df = 2790$, $p\text{-valor} = 0.000000007383$

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Gráfico 4 – Rendimento recebido nos últimos 12 meses dividido pelo número de meses trabalhados (em R\$)



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

A tabela 5 e o gráfico 5 apresentam a comparação entre as médias e distribuição do Cadastro e da pesquisa para a variável renda familiar per capita. Esta variável é de extrema importância, pois é a principal variável considerada para a concessão de diversos programas e benefícios, a exemplo do Programa Bolsa Família. Como pode ser observado, assim como para as variáveis de renda analisadas

² Esta variável não consta no Cadastro Único nem na Pesquisa de Qualidade do Cadastro, ela foi calculada pela SAGI para mostrar o rendimento médio ao longo dos 12 meses do ano.

anteriormente, o teste de diferença de médias para as amostras pareadas também mostra diferença estatisticamente significativa entre os valores declarados na pesquisa e no Cadastro. Em termos absolutos, a diferença é de apenas R\$19,16 e, novamente, pode estar relacionada à volatilidade dos rendimentos no mercado informal. Além disso, para fins do Cadastro Único, o cálculo do rendimento familiar per capita segue uma fórmula diferente do cálculo usual, onde se divide o total dos rendimentos pelo número de pessoas da família³. Entre outras coisas, o cálculo considera o melhor e o pior rendimento ao longo dos 12 meses. Desta forma, apesar da pesquisa utilizar o mesmo método, a forma de cálculo é afetada pelo mês em que a pergunta foi feita para a família. Portanto, além da volatilidade de renda a qual está sujeita a maioria das famílias, o espaço temporal entre Cadastro e pesquisa certamente alterou os valores considerados para o cálculo desta variável.

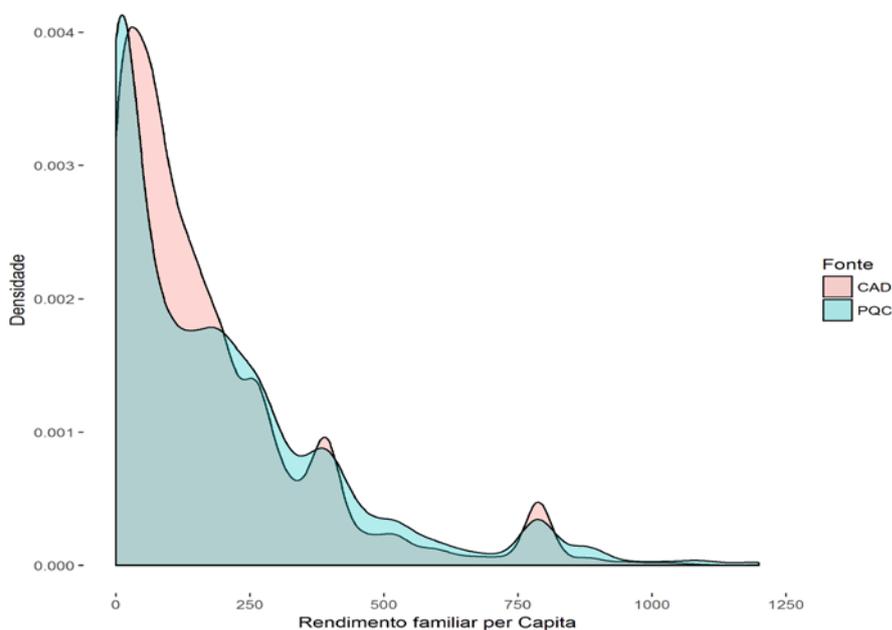
Tabela 5 – Rendimento familiar per capita (em R\$)

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	0	16	133	200,09	281	3250	512
Cadastro Único	0	49	120	180,92	256	2000	0
Teste de diferença das médias							
t = 7.3832, df = 5097, p-valor = 0.0000000000001795							

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

³ Para mais detalhes sobre o cálculo da renda familiar per capita no Cadastro Único, consulte: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe275_Nova%20versaoV7_renda_per_capita.pdf

Gráfico 5 – Rendimento familiar per capita (em R\$)



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

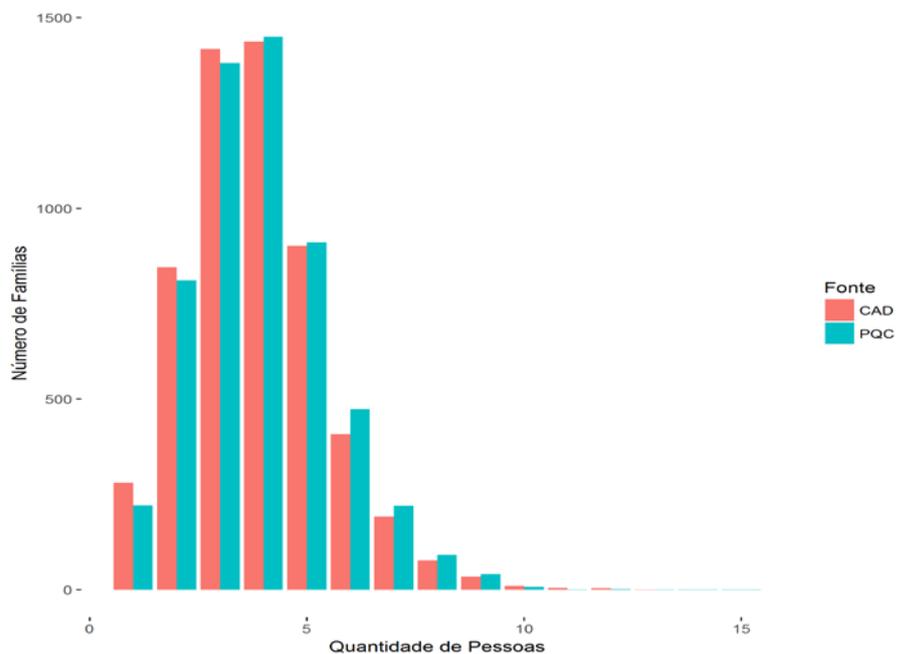
Outro fator que pode ter contribuído para as diferenças no rendimento familiar *per capita* é a diferença na composição familiar. Como mostra a tabela 6 e o gráfico 6, o teste de diferença de médias e distribuição para as amostras pareadas também aponta diferença estatisticamente significativa para esta variável.

Tabela 6 – Quantidade de pessoas no domicílio

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	1	3	4	3,914	5	15	1
Cadastro Único	1	3	4	3,819	5	34	1
Teste de diferença das médias							
t = 6.1177, df = 5608, p-valor = 0.000000001013							

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

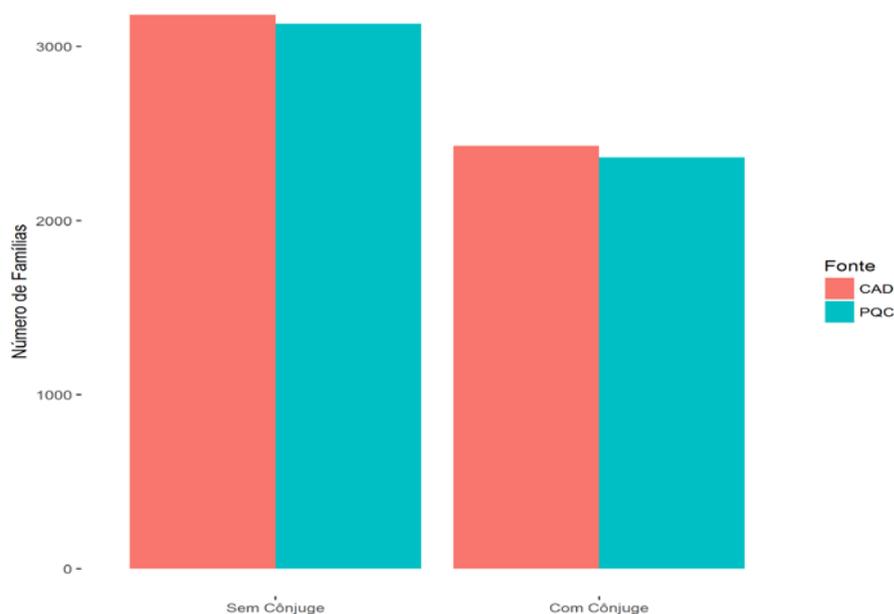
Gráfico 6 – Quantidade de pessoas no domicílio



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Em relação à declaração da existência de cônjuge, a pesquisa de qualidade do cadastro registrou que 43% das pessoas de referência entrevistadas declararam que possuíam cônjuge. No Cadastro Único esse percentual era 43,3%. O gráfico 7 mostra a comparação entre as informações para esta variável na pesquisa e no Cadastro Único. O teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra que não há diferença estatisticamente significativa entre as duas amostras ($p\text{-valor}=0.7974$).

Gráfico 7 – Quantidade de pessoas de referência que possuem cônjuge



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

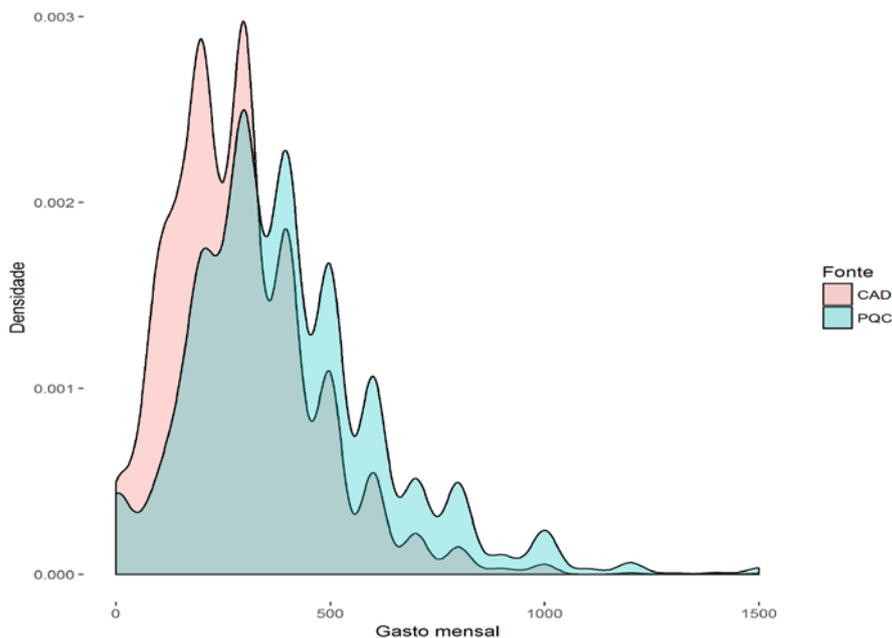
No que diz respeito às despesas, a tabela 7 e o gráfico 8 mostram a comparação entre as informações para despesa com alimentação, higiene e limpeza na pesquisa e no Cadastro Único. O teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra que há uma diferença estatisticamente significativa, sendo o valor médio declarado na pesquisa de qualidade superior ao declarado no Cadastro.

Tabela 7 – Despesas com alimentação, higiene e limpeza (em R\$)

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	0	250	380	399,87	500	3000	8
Cadastro Único	0	180	280	290,73	400	2000	0
Teste de diferença das médias $t = 39.211$, $df = 5601$, $p\text{-valor} < 0.000000000000000022$							

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Gráfico 8 – Despesas com alimentação, higiene e limpeza (em R\$)



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

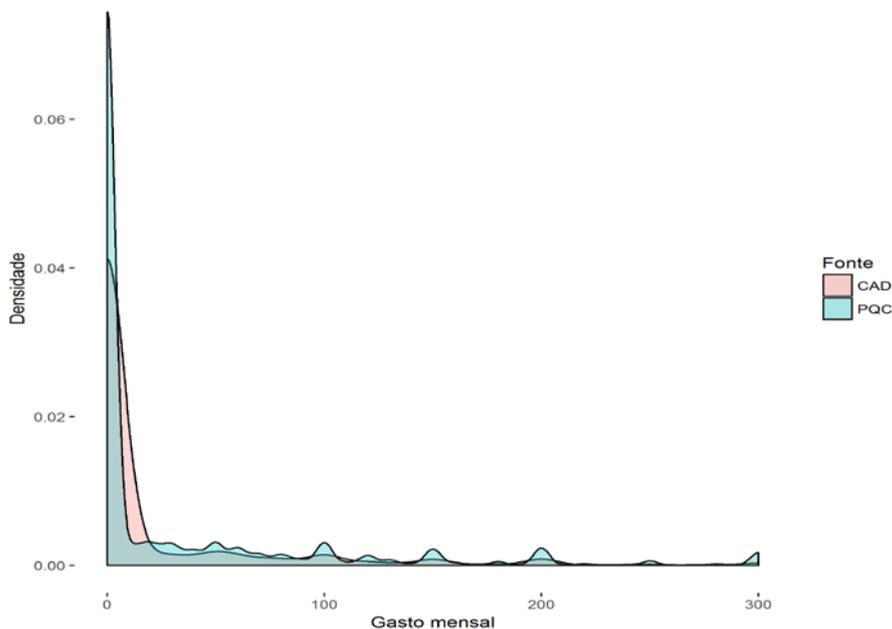
A tabela 8 e o gráfico 9 mostram a comparação entre as informações para despesa com medicamentos na pesquisa e no Cadastro Único. Assim como para o item de despesa anterior, o teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra uma diferença estatisticamente significativa entre ambas.

Tabela 8 – Despesas com medicamento (em R\$)

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	0	0	0	40,93	37,75	2000	24
Cadastro Único	0	0	0	22,88	0	700	0
Teste de diferença das médias							
t = 14.94, df = 5585, p-valor < 0.00000000000000022							

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Gráfico 9 – Despesas com medicamento (em R\$)



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

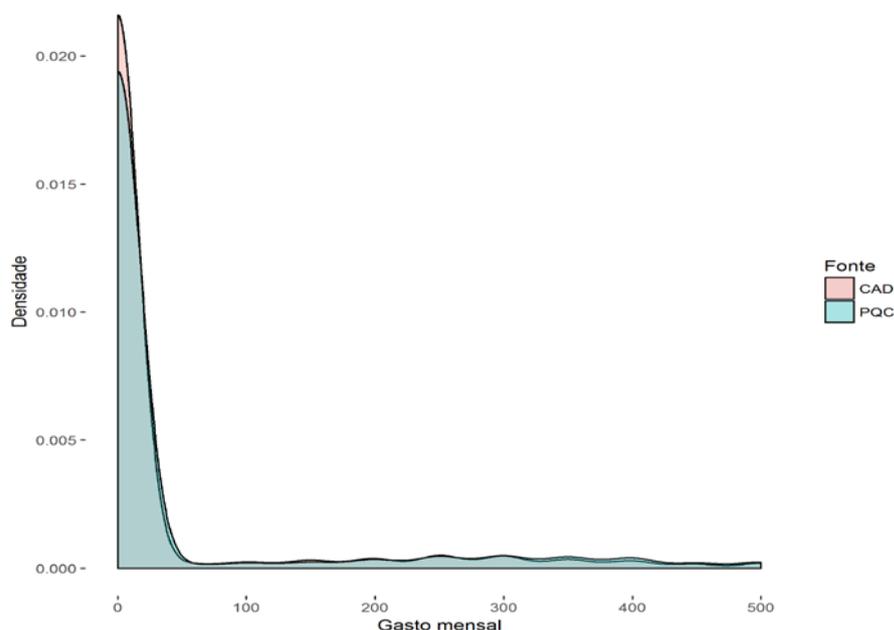
Por fim, a tabela 9 e o gráfico 10 mostram a comparação entre as informações para despesa com aluguel na pesquisa e no Cadastro Único. Novamente, o teste de diferença de médias para as amostras pareadas mostra uma diferença estatisticamente significativa, contudo, em termos absolutos, a diferença nesse item é bastante inferior às diferenças existentes nos itens de despesa com alimentação, higiene e limpeza e medicamento.

Tabela 9 – Despesas com aluguel (em R\$)

	Mínimo	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máximo	Missings
Pesquisa de qualidade	0	0	0	48,63	0	980	3
Cadastro Único	0	0	0	40,92	0	1460	0
Teste de diferença das médias $t = 6.2748$, $df = 5606$, $p\text{-valor} = 0.0000000003764$							

Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

Gráfico 10 – Despesas com aluguel (em R\$)



Fonte: Pesquisa de Avaliação de Qualidade do Cadastro Único/MDS/Datamétrica.

É importante ressaltar que diferenças estatisticamente significantes não necessariamente indicam falta de qualidade no cadastramento. Alguns aspectos podem contribuir para as diferenças observada em algumas variáveis. Uma delas, por exemplo, é que, enquanto a maioria das ações de cadastramento das famílias (seja para inclusão ou alteração do cadastro) ocorre no CRAS e nas prefeituras, a Pesquisa de Qualidade envolveu visitas aos domicílios.

Outro fator que poderia contribuir para diferenças entre a pesquisa e o cadastro é o espaço de tempo entre o cadastramento e a pesquisa frente à natureza volátil de algumas variáveis. Por exemplo, no caso das variáveis de despesa, podem ser afetadas pela sazonalidade e pelas mudanças nos índices de preço do período. Além disso, após se cadastrar algumas famílias podem passar a receber benefícios, o que pode afetar a diferença média nas despesas.

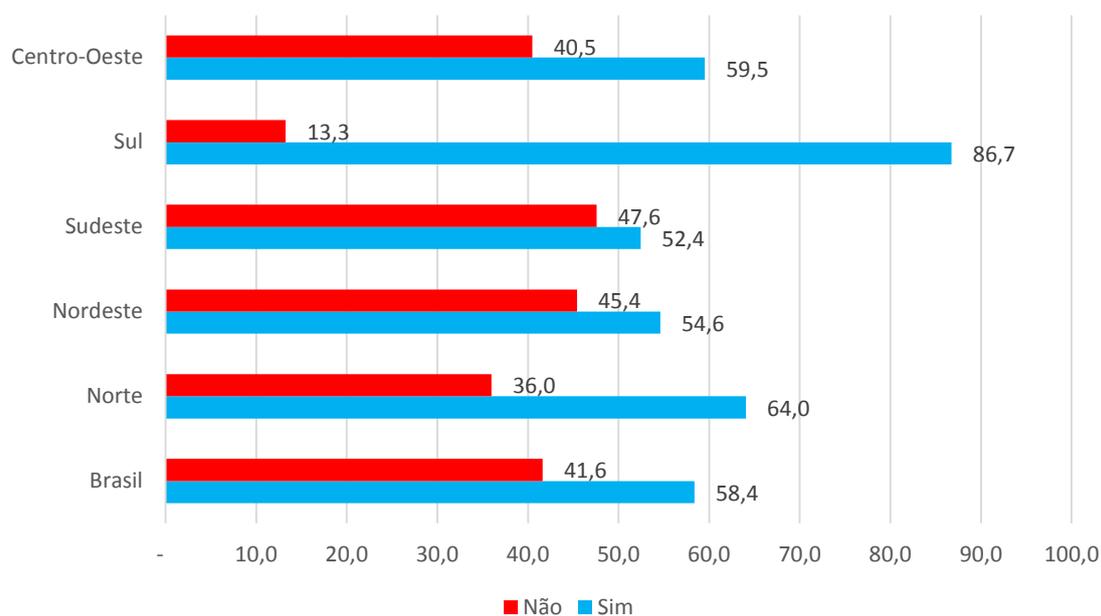
O mesmo pode ocorrer com rendimentos e trabalho. Como já colocado, tanto o Cadastro quanto a pesquisa registram que pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos cadastrados estão no mercado de trabalho formal. Portanto, estando a maioria dos cadastrados na informalidade, é possível que tanto a renda quanto o período trabalhado variem bastante, mudando entre os períodos de coleta do Cadastro e da pesquisa. Assim, a análise dessas variáveis requer bastante parcimônia, pois eventuais diferenças nos registros não necessariamente envolvem erros nos registros.

4. Para além do Cadastro Único

A pesquisa contemplou também, além das questões presentes nos questionários de pessoas e domicílios do Cadastro Único, perguntas referentes ao conhecimento sobre o CadÚnico o Bolsa Família, a experiência no cadastramento e recebimento do benefício, e sentimentos em relação à condição socioeconômica. Essa seção apresenta uma análise descritiva dos dados obtidos a partir das principais perguntas desse bloco.

Um dos objetivos da Pesquisa de Qualidade era avaliar o grau de conhecimento das famílias sobre o próprio Cadastro Único, sobre o processo de cadastramento e sobre o acesso a benefícios. Considerando este objetivo, observou-se que 58,4% das famílias responderam de maneira positiva quando perguntadas se conheciam ou se tinham ouvido falar do Cadastro Único. Este resultado é curioso pelo fato de as famílias entrevistadas serem justamente aquelas que tiveram seu cadastro realizado e/ou atualizado em até seis meses antes da pesquisa de campo ter sido realizada. Os dados da pesquisa revelam ainda que o conhecimento foi maior na região Sul (86,7%) e menor nas regiões Nordeste (54,6%) e Sudeste (52,4%).

Gráfico 11 – Conhecimento do Cadastro Único – Brasil e Grandes Regiões

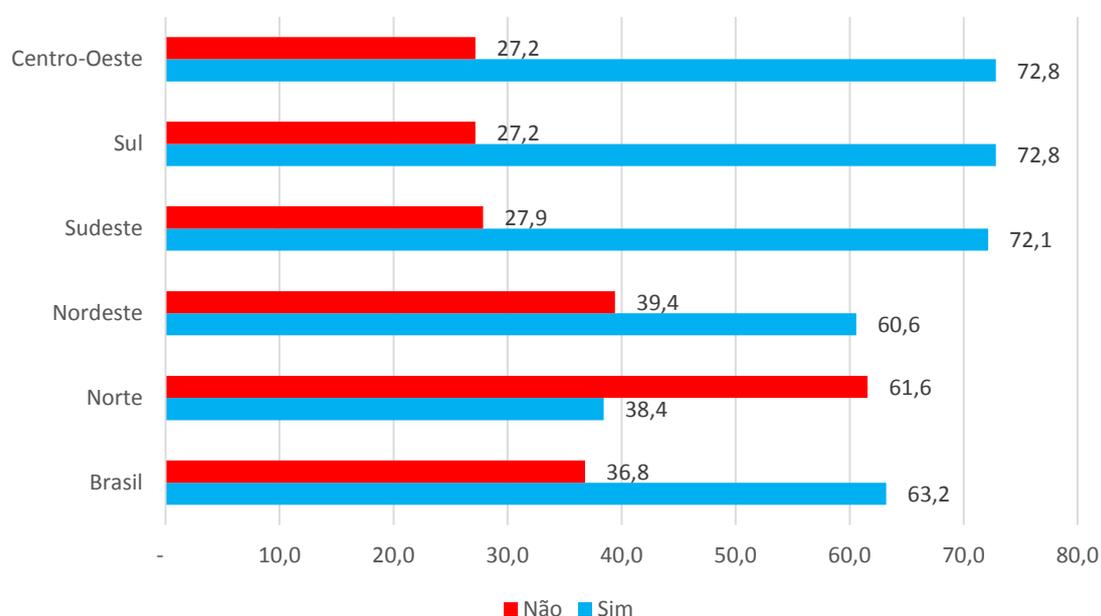


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Perguntas: Bloco 10 - Questão 1. O(A) sr.(a) Conhece ou já ouviu falar sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único? (ESTIMULADA)

Parte da explicação para o desconhecimento, num primeiro momento, pode ser dada pelo fato de as famílias não conseguirem associar o Cadastro Único a um programa social do qual participam ou a que objetivaram ter acesso ao realizarem o cadastramento. Isso explica o fato de que, quando o Cadastro Único foi associado a programas sociais específicos (PBF, Pronatec, etc.), o conhecimento chegou a 63,2% entre os que tinham afirmado não conhecer num primeiro momento. Este percentual foi menor no Norte (38,4% afirmaram conhecer). No total, 85% das famílias afirmaram conhecer o Cadastro Único (somando as duas questões).

Gráfico 12 – Conhecimento do Cadastro Único, para os que afirmaram não conhecer, após ser mencionada sua vinculação com os programas sociais– Brasil e Grandes Regiões

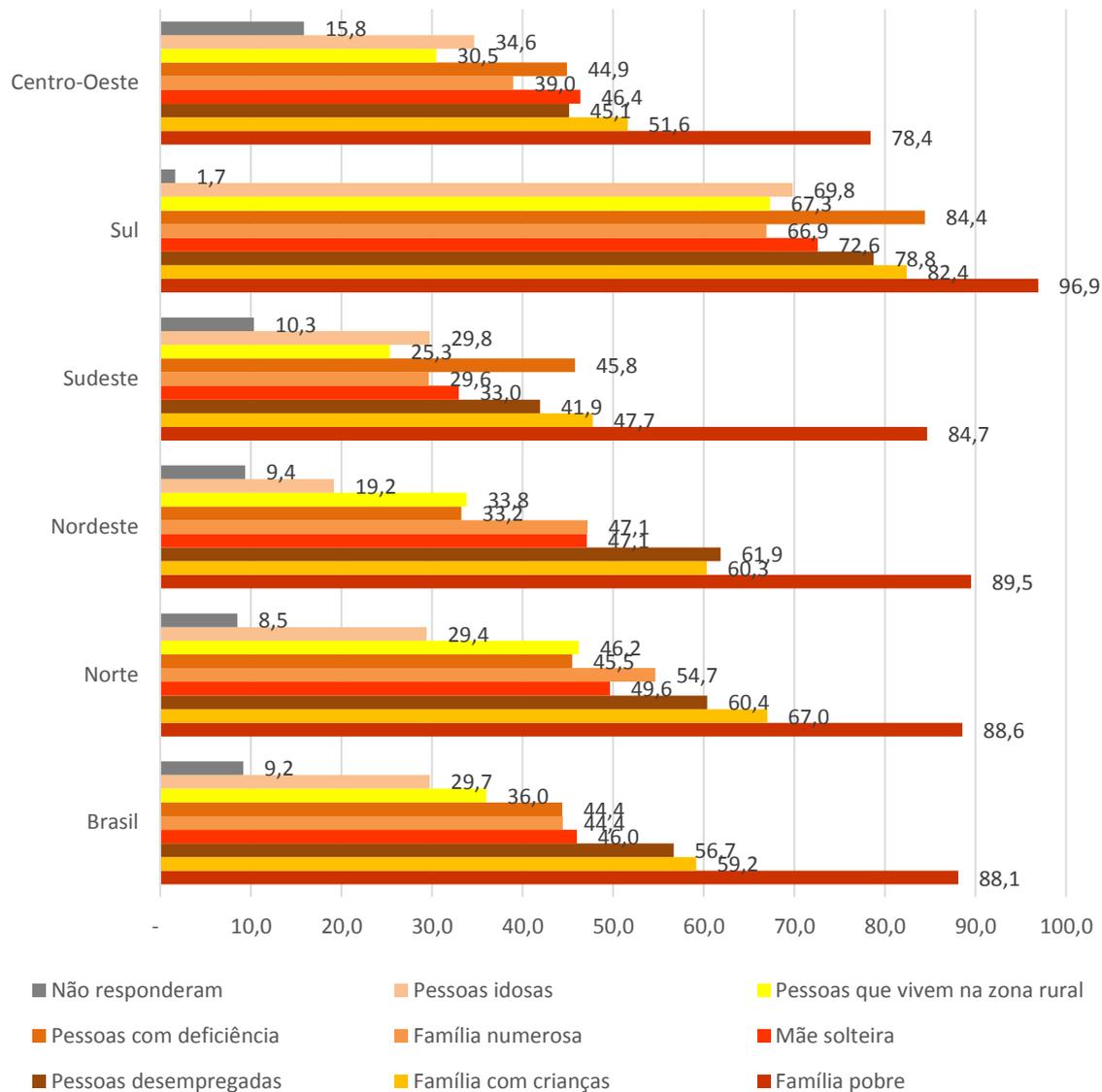


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: Bloco 10 - Questão 2. O Sr(a) conhece ou já ouviu falar sobre o Cadastro que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica? (ESTIMULADA).

Quando questionados sobre quem poderia ser cadastrado no Cadastro Único, a maior parte dos entrevistados (pessoas de referência do domicílio) indicou que "famílias pobres" poderiam ser cadastradas (88,1%). Essa foi a resposta mais recorrente em todas as regiões, sendo o maior percentual (96,9%) na região Sul. Famílias com crianças (59,2%) e famílias desempregadas (56,7%) apareceram na sequência.

Gráfico 13 – Conhecimento sobre quem pode se cadastrar no CadÚnico, entre os que afirmaram conhecer o Cadastro Único – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

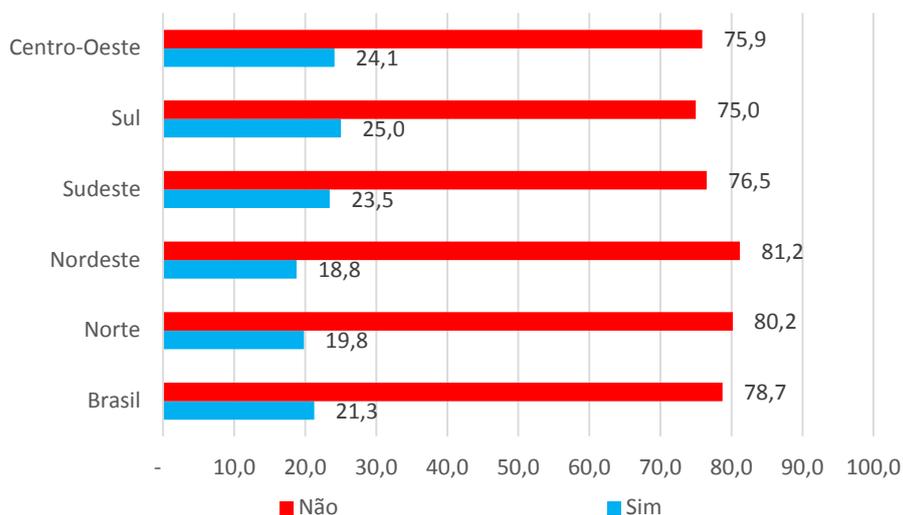
Pergunta: Bloco 10 - Questão 3. Sr(a) saberia dizer quem pode ser cadastrado no Cadastro Único que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica? (ESTIMULADA, MÚLTIPLA ESCOLHA)?

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

Quando questionados sobre a renda máxima permitida para se cadastrar no Cadastro Único, apenas 21,3% das famílias que afirmaram conhecer o Cadastro Único indicaram conhecer tal renda. A região onde a resposta afirmativa para questão foi maior é a região Sul (25%), e a região com menor índice de conhecimento (18,8%) é a região Nordeste (gráfico 14). Os entrevistados que indicaram conhecer a renda

máxima para cadastramento foram solicitados a indicar qual seria esta renda. Destes, 54% afirmaram que a renda familiar deve ser entre ½ e 1 salário mínimo.⁴

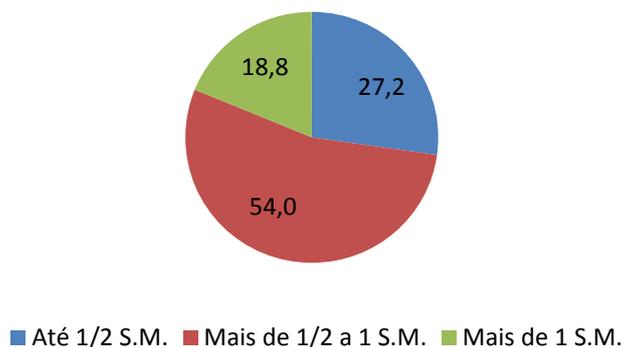
Gráfico 14 – Conhecimento sobre a renda para cadastramento no CadÚnico, entre os que afirmaram conhecer o CadÚnico – Brasil, Grandes Regiões e porte dos municípios (em mil habitantes) – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Perguntas: Bloco 10 - Questão 4. O(A) Sr(a) saberia dizer até que renda uma família deve ter para ser cadastrado no Cadastro Único que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica? (ESPONTÂNEA)

Gráfico 15 – Distribuição dos valores de renda informados para cadastramento no CadÚnico, entre os que afirmaram conhecer o CadÚnico, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Perguntas: Bloco 10 - Questão 4.1. Qual o valor da Renda R\$? (ESPONTÂNEA)

⁴ De acordo com os critérios do Cadastro Único, podem ser cadastradas famílias com até ½ salário mínimo mensal por pessoa, ou 3 salários mínimos mensais por família; ou renda superior a essas se o cadastramento estiver vinculado à seleção ou acompanhamento de programas sociais.

Os entrevistados também foram solicitados a indicar os documentos necessários para o cadastramento. Carteira de identidade (93,6%), CPF (93,4%), Certidão de Nascimento (84,8%), Título de Eleitor (82,9%), Comprovante de Residência (82,6%) apareceram como os documentos necessários mais citados para cadastramento.⁵

Tabela 10 – Conhecimento dos documentos necessários para cadastramento no CadÚnico, entre os que afirmaram conhecer o CadÚnico, Brasil

Conhecimento dos documentos necessários para cadastramento no CadÚnico, entre os que afirmaram conhecer o CadÚnico	%
Carteira de Identidade	93,6
CPF	93,4
Certidão de Nascimento	84,8
Título de eleitor	82,9
Comprovante de Residência	82,6
Carteira de trabalho e Previdência Social	77,0
Matrícula da escola	64,9
Certidão de Casamento	54,5
Xerox dos documentos	48,0
Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)	8,1
Não responderam	4,2
Outros	2,9

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

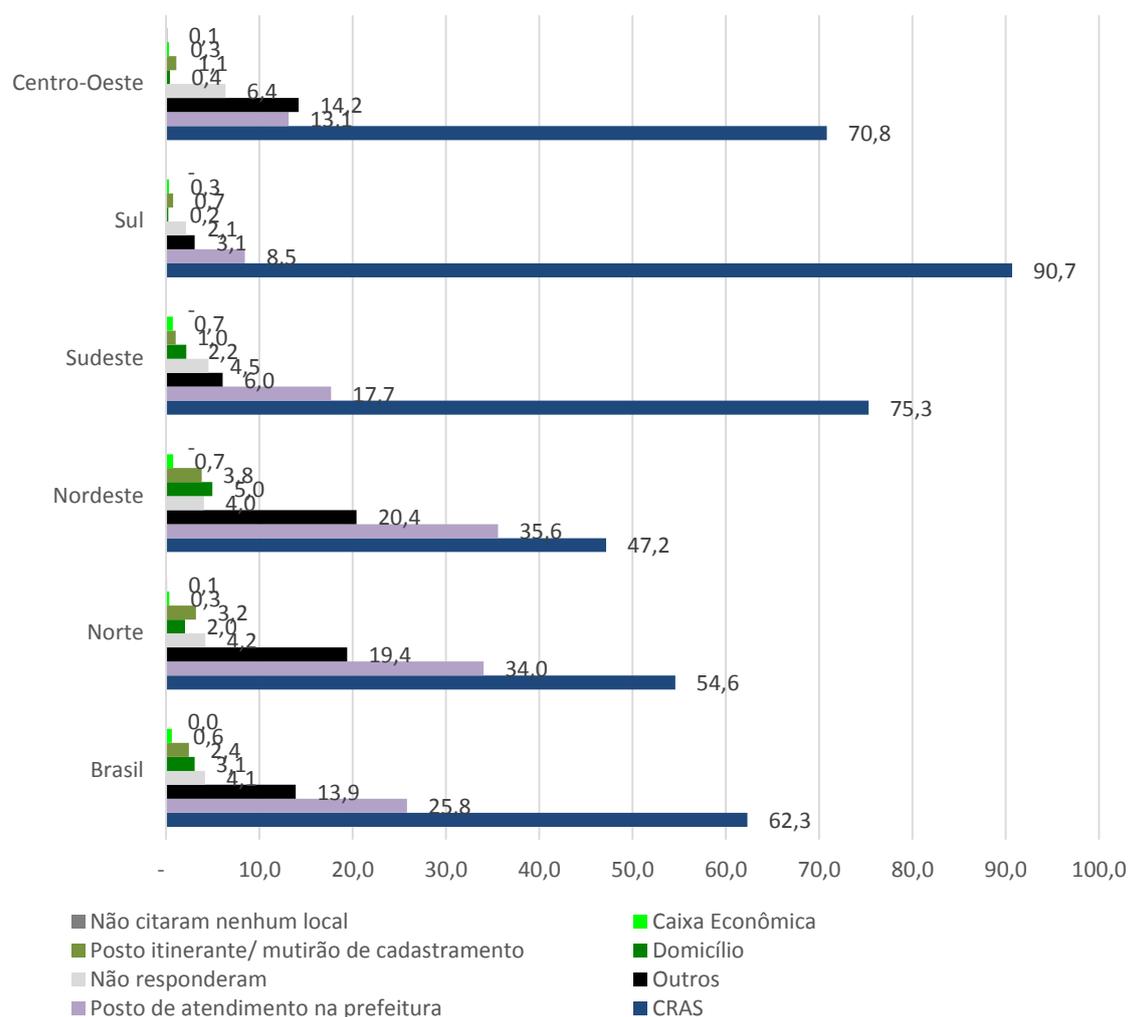
Pergunta: Bloco 10 - Questão 7. Quais documentos são necessários para a inscrição no Cadastro Único que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica? (ESTIMULADA, MÚLTIPLAS OPÇÕES).

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

O CRAS foi o local indicado por 62,3% dos entrevistados que conhecem o CadÚnico como local onde deve ser feito o cadastramento. Na região Sul, 90,7% das famílias indicaram esse mesmo local. Por outro lado, no Nordeste, apenas 47,2% dos entrevistados indicaram o CRAS como local de cadastramento. O segundo local mais indicado para cadastramento é o “Posto de atendimento da prefeitura”, indicado por 25,8% do total de entrevistados.

⁵ De acordo com as regras do Cadastro Único, o RF deve apresentar obrigatoriamente CPF ou Título, exceto se for indígena ou quilombola. Para as demais pessoas da família, é obrigatória a apresentação de um documento, dentre CPF, Título, RG, Certidão de Nascimento, Casamento ou Carteira de Trabalho. Indígenas podem apresentar RANI. A apresentação de comprovantes de residência é facultativa.

Gráfico 16 – Conhecimento sobre local para cadastramento, entre os que afirmaram conhecer o CadÚnico – Brasil e Grandes Regiões

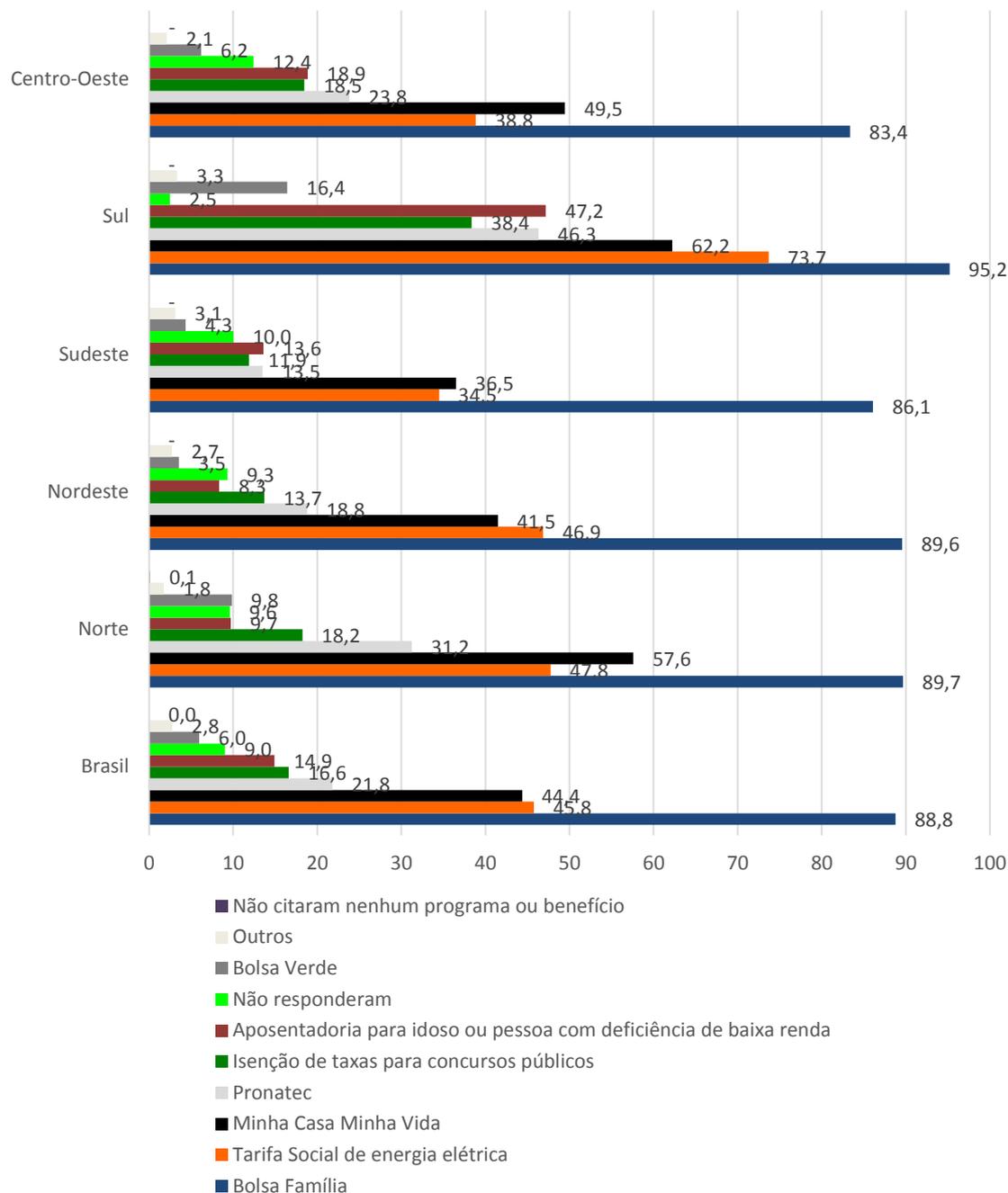


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: Bloco 10 - Questão 8. Onde deve ser feito o Cadastro Único que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica? (ESPONTÂNEA, MÚLTIPLA ESCOLHA). Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

Em relação ao conhecimento sobre os programas e benefícios sociais que se tem acesso após se cadastrar no Cadastro Único, o programa mais citado foi o Bolsa Família (88,8%). Dentre as grandes regiões, onde o PBF foi mais indicado foi a região Sul, 95,2% dos entrevistados, e a região onde menos se citou o PBF foi a região Centro-Oeste, 83,4% dos entrevistados. Depois do PBF, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Minha Casa Minha Vida foram os mais citados.

Gráfico 17 – Conhecimento sobre acesso a benefícios e programas sociais após cadastramento, entre os que afirmaram conhecer o CadÚnico – Brasil e Grandes Regiões



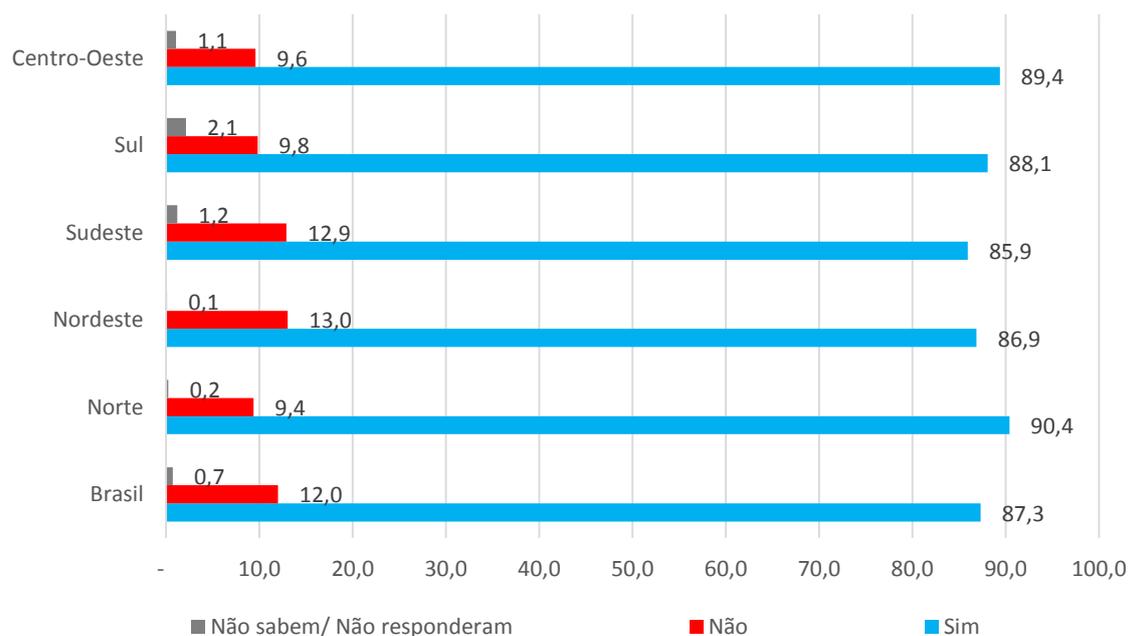
Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: Bloco 10 - Questão 9. O(A) Sr(a) saberia dizer quais programas e benefícios sociais que se tem acesso após ser cadastrada no Cadastro Único? (ESTIMULADA, MÚLTIPLAS OPÇÕES).

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

De uma maneira geral, a maioria dos entrevistados indicou que teve facilidade em responder às perguntas (87,5%). Esse percentual foi maior na região Norte, onde 90,4% dos entrevistados tiveram facilidade em responder as perguntas do CadÚnico, e a região Sudeste foi a que apresentou uma menor incidência de pessoas declarando facilidade com o cadastramento, 85,9%.

Gráfico 18 – Facilidade para responder às perguntas do entrevistador – Brasil e Grandes Regiões

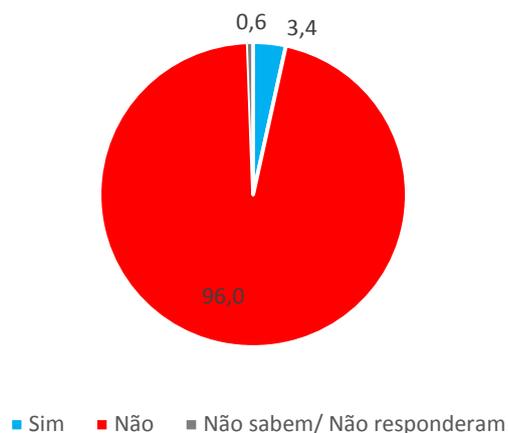


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Perguntas: Bloco 10 - Questão 16. Durante a última entrevista para o Cadastro Único que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica, o(a) Sr(a) teve facilidade para responder às perguntas do entrevistador? (ESTIMULADA)

Sobre as percepções durante o cadastramento, apenas 3,4% das pessoas de referência indicaram ter recebido tratamento preconceituoso na entrevista. As percepções foram ligeiramente maiores nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com 5,5%, 5,4% e 4,9%, respectivamente.

Gráfico 19 – Percepção de recebimento de tratamento preconceituoso na entrevista, Brasil

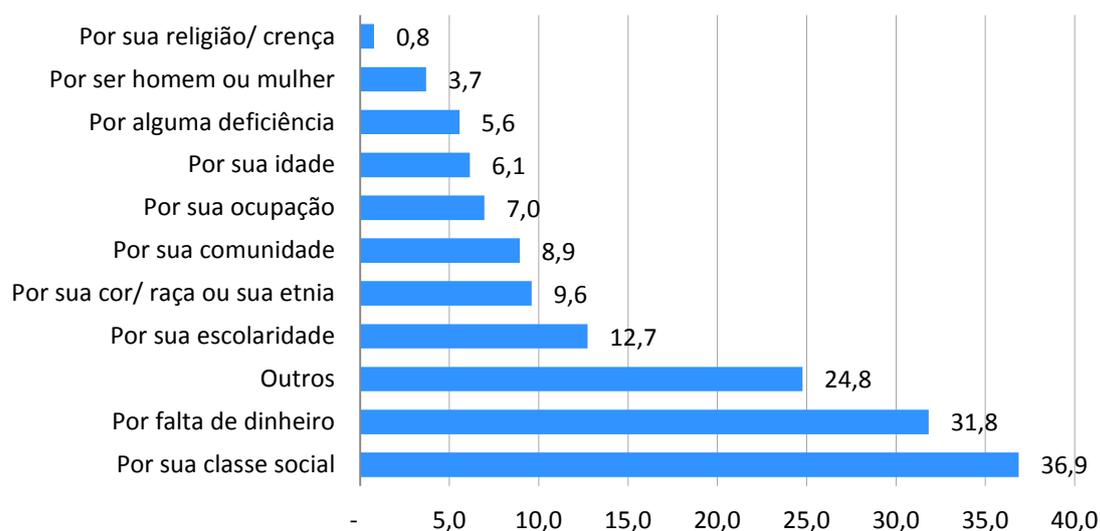


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Perguntas: Bloco 10 - Questão 17. Durante a última entrevista para o Cadastro Único que dá acesso a alguns Programas do Governo Federal tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Tarifa Social de Energia Elétrica, você percebeu que lhe trataram em algum momento com preconceito? (ESTIMULADA)

Dentre as principais razões apontadas para o recebimento de tratamento preconceituoso, destacaram-se: classe social (36,9%) e falta de dinheiro (31,8%) com o maior número de indicações.

Gráfico 20 – Motivos percebidos para tratamento com preconceito, Brasil

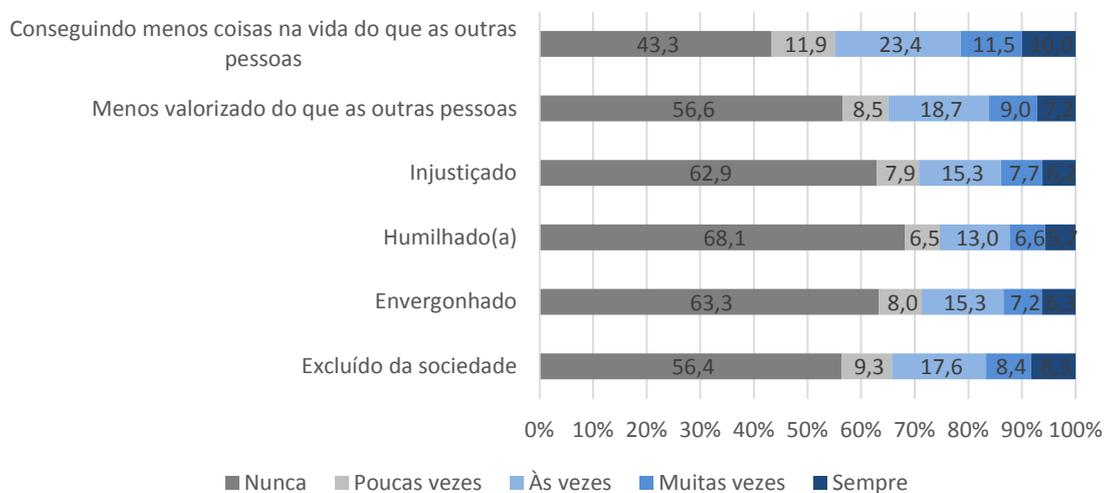


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: Bloco 10 - Questão 18. Por que o(a) Sr(a) acha que lhe trataram com preconceito? (ESTIMULADA, MÚLTIPLAS OPÇÕES).

A pesquisa também procurou capturar sentimentos das famílias em relação à situação financeira. Os dados mostram que 16,7% dos entrevistados afirmam se sentir “excluído da sociedade muitas vezes/sempre”. Na frequência de respostas na categoria muitas vezes/sempre também se observa que 13,5% dos entrevistados se sentem “envergonhados”, 12,3% se sentem “humilhados”, 13,9% se sentem “injustiçados”, 16,2% se sentem “menos valorizados” e 21,5% possuem a sensação de estarem “conseguindo menos coisas na vida do que outros”.

Gráfico 21 – Sentimentos relacionados à condição financeira, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: Bloco 9 - Questão 3. Pensando na sua vida de forma geral, com que frequência você se sente, por conta de sua condição financeira? (ESTIMULADA/ Todos os itens/ Mostrar cartão de resposta)

5. Sobre os demais atores envolvidos

Esta seção apresenta alguns dos principais resultados observados na pesquisa com os entrevistadores do Cadastro Único, os gestores municipais e coordenadores estaduais e do Distrito Federal. A pesquisa com os entrevistadores teve o objetivo de conhecer o perfil deles, bem como avaliar suas condições de trabalho e rotina. Para tal, o instrumento de coleta de dados foi dividido em oito blocos, sendo estes: (1) Perfil Social, (2) Perfil profissional, (3) Capacitação, (4) Infraestrutura (5) Recursos Humanos, (6) Processo de trabalho, (7) Legislação e Informativos, e (8) Valores e crenças.

Na pesquisa com gestores municipais buscou-se analisar aspectos relacionados às capacitações sobre o Cadastro Único, verificar o grau de conhecimento sobre as normas e os procedimentos relativos ao processo de cadastramento e de concessão de benefícios do PBF, conhecer a infraestrutura disponível

para a execução das tarefas rotineiras, materiais e instrumentos utilizados, dentre outros aspectos. Ao todo foram entrevistados 392 gestores municipais do Cadastro Único distribuídos por todo o país. A coleta de dados ocorreu entre 15 de outubro e 22 de dezembro de 2015.

O instrumento de coleta de dados foi composto por 128 questões divididas em 9 blocos, a saber: (1) Perfil Pessoal, (2) Perfil Profissional, (3) Capacitação, (4) Recursos Humanos, (5) Infraestrutura, (6) Processo de Trabalho, (7) Legislação e Informativos, (8) Planejamento e Monitoramento da Qualidade Cadastral, e (9) Valores e Crenças.

Na pesquisa com os coordenadores estaduais, também se buscou analisar aspectos relacionados à capacitação sobre o Cadastro Único por eles realizada, verificar o grau de conhecimento sobre as normas e os procedimentos relativos ao processo de cadastramento e de concessão de benefícios do PBF, assim como a infraestrutura disponível para a execução das tarefas rotineiras, aspectos da gestão do Cadastro Único, materiais e instrumentos utilizados, dentre outros. Foram entrevistados todos os Gestores Estaduais, ou seja, a pesquisa abrangeu todas as 27 Unidades da Federação. A coleta de dados ocorreu entre 15 de outubro e 22 de dezembro de 2015.

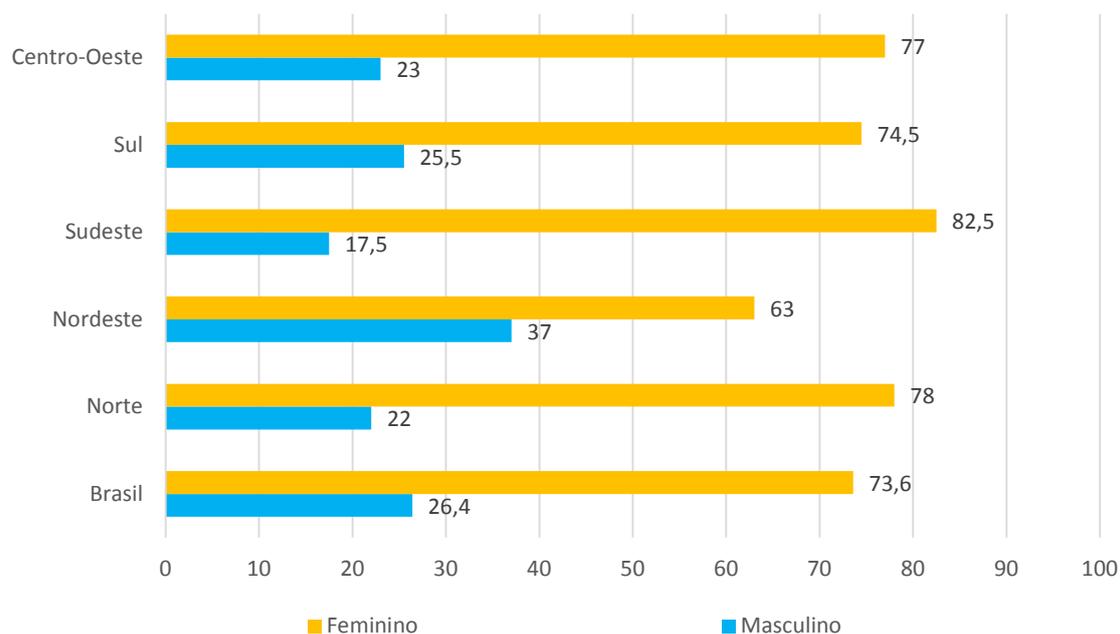
O instrumento de coleta foi composto por 75 questões divididas em 10 blocos, a saber: (1) Perfil Pessoal, (2) Perfil Profissional, (3) Capacitação, (4) Avaliação de Equipe, (5) Infraestrutura, (6) Planejamento e Monitoramento da Qualidade Cadastral, (7) Apoio à Gestão Municipal, (8) Oferta de Cursos de Capacitação, (9) Legislação e Informativos, e (10) Valores e Crenças.

5.1 Pesquisa com Entrevistadores

Esta fase da pesquisa teve como objetivos avaliar o perfil dos entrevistadores do Cadastro Único e seu conhecimento sobre as normas e os procedimentos relativos ao processo de cadastramento e de concessão de benefícios do PBF. Também se pretendeu: avaliar como esse conhecimento está relacionado à qualidade e fidedignidade da informação declarada no momento do cadastramento/atualização cadastral; identificar variáveis e dimensões relativas ao perfil dos entrevistadores do Cadastro Único que estejam correlacionadas à qualidade das informações do cadastro; analisar aspectos relacionados à capacitação dos entrevistadores do Cadastro Único; e avaliar a infraestrutura disponível para o cadastramento e sua associação com a qualidade dos dados do Cadastro Único.

A pesquisa mostra que a maioria dos entrevistadores do Cadastro Único são mulheres (73,6%) e jovens (apenas 8,5% têm mais que 45 anos). Estes números foram semelhantes em todas as Regiões. Destaca-se apenas o fato da região Nordeste ser aquela onde mais homens trabalhavam na função (37%).

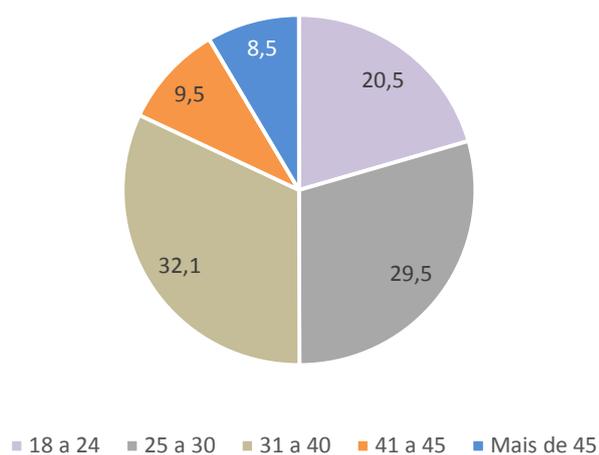
Gráfico 22 – Percentual de entrevistadores por sexo – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica/ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 2. Sexo do entrevistador?

Gráfico 23 – Percentual de entrevistadores por faixa etária, Brasil



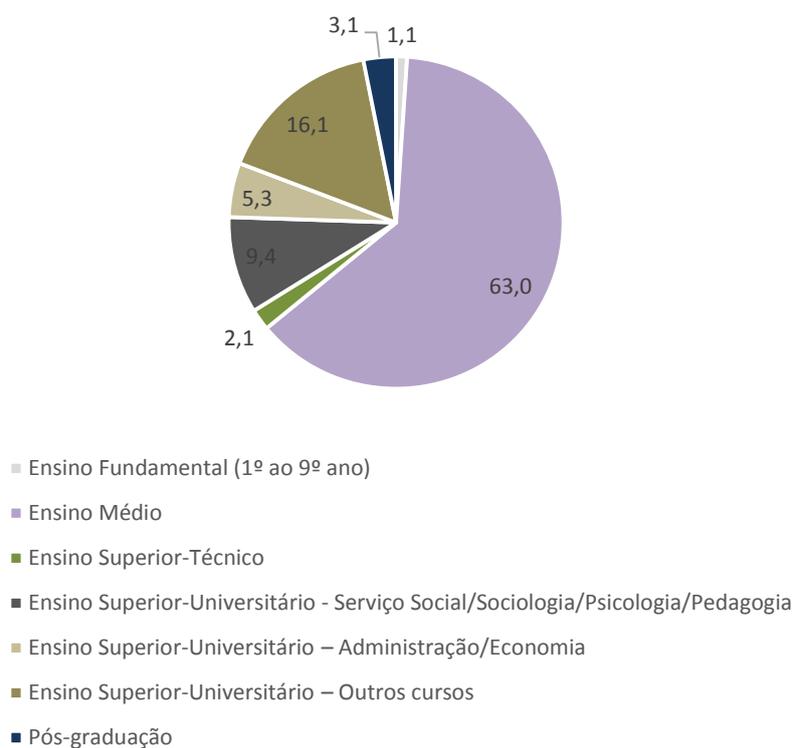
Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 3. Idade do entrevistado

A formação mais comum era o ensino médio (63%) e a maior parte (78,7%) apresentou experiência de mais de um ano em trabalhos relacionados ao Cadastro Único. As regiões Sul e Sudeste apresentaram

maior índice de entrevistadores com formação nas áreas de Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia (16,1% e 15,7%, respectivamente). Nas regiões Norte e Nordeste, apenas 5,7% e 1,8%, respectivamente, possuíam formação nessas áreas. Por outro lado, a região onde os entrevistadores possuíam menos experiência em trabalhos ligados ao Cadastro Único foi a Sul, onde 45,3% dos entrevistadores trabalhavam há menos de um ano.

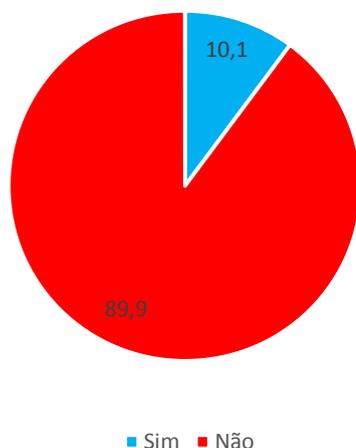
Gráfico 24 – Percentual de entrevistadores por nível de escolaridade, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 4. Qual seu nível de escolaridade (completo)?

A exclusividade de trabalho como entrevistador do Cadastro Único parece ser a regra (89,9%) nos municípios do país. Entre aqueles que possuem uma segunda fonte de renda, 71,9% dedicam até 20 horas semanais à outra ocupação e acreditam que estas atividades não interferem no seu trabalho junto ao Cadastro Único (91,5%).

Gráfico 25 – Percentual de entrevistadores que trabalham exclusivamente para o Cadastro Único, Brasil

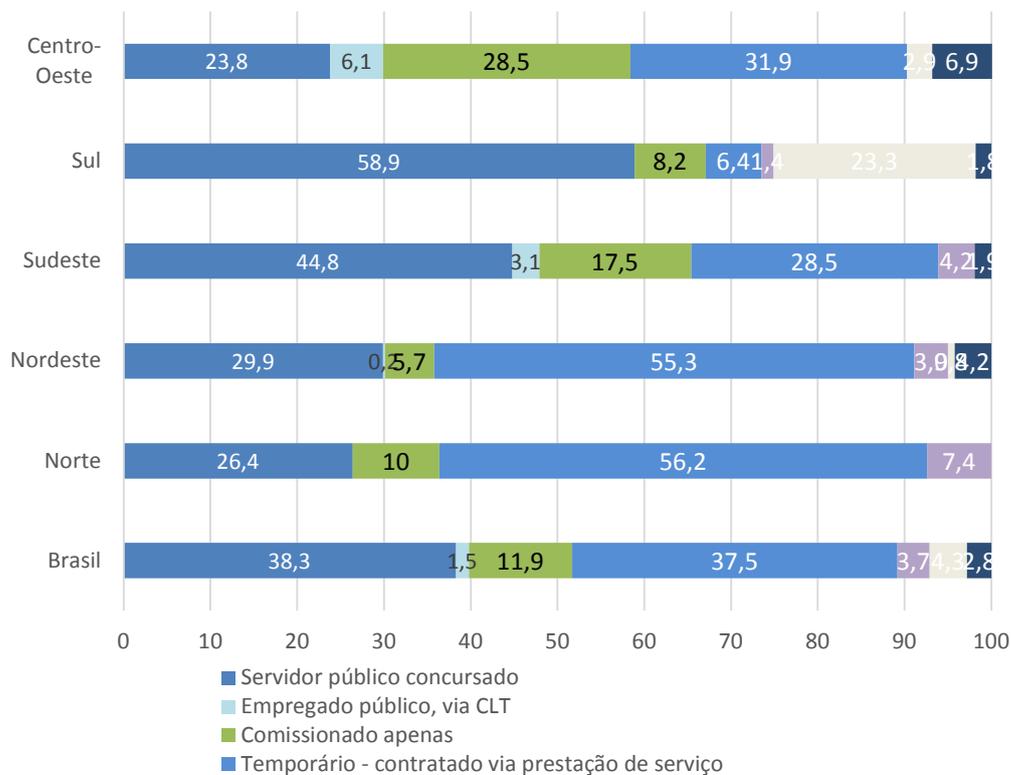


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 19. Atualmente o(a) Sr(a) tem outro(s) emprego(s)/trabalho(s)/atividade(s) remunerada(s) paralelo(s)?

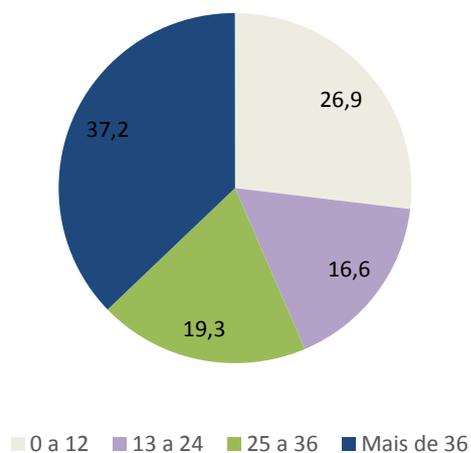
A maioria dos entrevistadores do Cadastro Único não era concursado em suas prefeituras, fazendo com que 73,6% exercesse este trabalho de forma temporária. Dentre os que apresentaram vínculo temporário, a renovação ocorre no máximo a cada doze meses em 84,8% dos casos. As regiões onde há mais concursados trabalhando como entrevistadores do Cadastro Único foram a Sul (50,5%) e Centro-Oeste (42,4%), já as regiões onde há menos concursados foram a Norte (7,4%) e Nordeste (17,4%). Mesmo assim, 73,1% dos entrevistadores estavam nesta função há mais de um ano.

Gráfico 26 – Percentual de entrevistadores por vínculo empregatício neste cargo – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 7. Que tipo de vínculo o Sr(a) mantém com a prefeitura, neste momento? (ESTIMULADA)

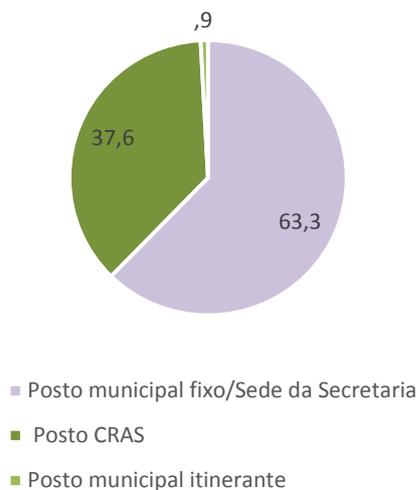
Gráfico 28 – Percentual de entrevistadores por tempo de vínculo em meses (concurado e não concursado), Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 10. Há quanto tempo está no vínculo atual? (meses)

No que diz respeito ao tipo de estrutura de atendimento, a maioria dos entrevistadores (63,6%) era vinculada a um posto municipal fixo/sede da prefeitura. Quase todos os demais eram vinculados ao CRAS. No Sul essa relação é invertida, com 75,9% dos entrevistadores vinculados ao CRAS.

Gráfico 27 – Percentual de entrevistadores por tipo de estrutura de atendimento a que está vinculado, Brasil

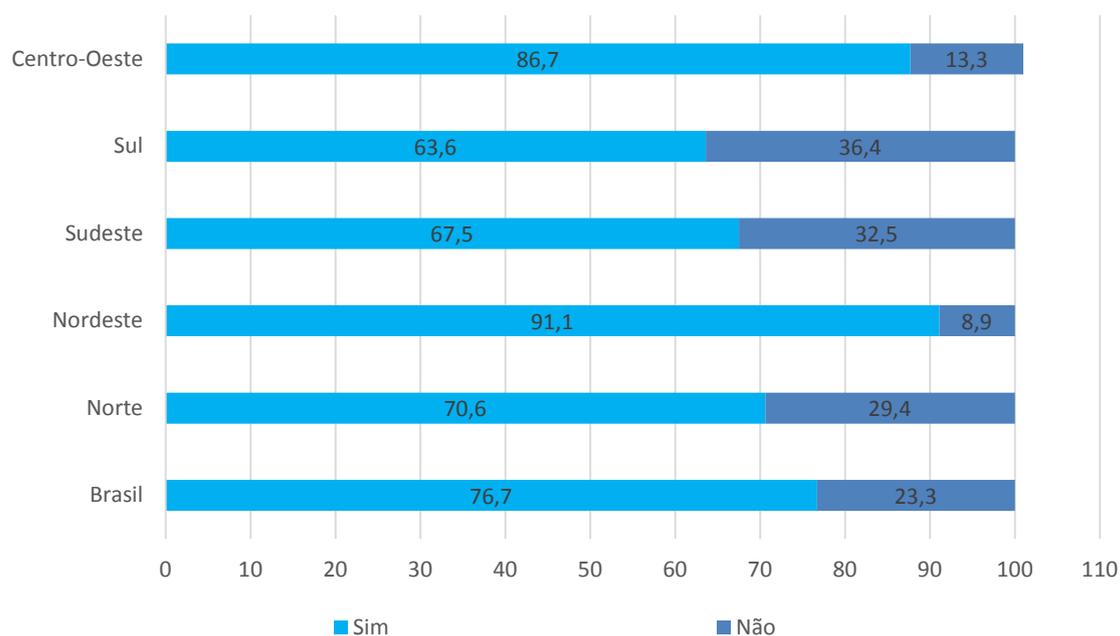


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 25. A que tipo de estrutura de atendimento o(a) Sr(a) está vinculado? (Múltipla)

O processo de capacitação dos entrevistadores para seu trabalho foi realizado com 76,7% dos respondentes. Na região Nordeste este número chega ao seu melhor patamar (91,1%), enquanto o pior cenário encontra-se na região Sul, onde apenas 63,6% dos entrevistadores foram treinados.

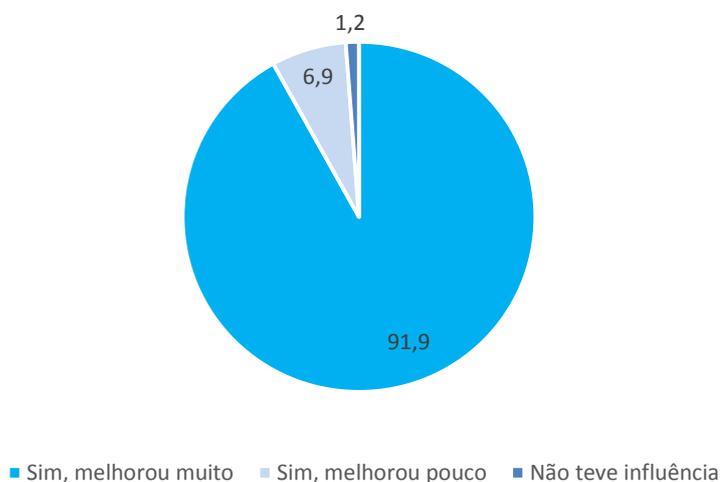
Gráfico 29 – Percentual de entrevistadores que já realizaram capacitação para preenchimento de formulários – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 31. O(a) Sr(a) fez a capacitação para o preenchimento dos formulários do Cadastro Único?

Os que receberam a capacitação se disseram satisfeitos com o conteúdo apresentado e acreditam que ela melhorou o desempenho no trabalho de entrevistador (98,8%); 41,1% dos entrevistadores também participaram de outros cursos sobre o Cadastro Único. Parte significativa desses cursos foi sobre o Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec). As principais instituições promotoras da capacitação foram a Caixa Econômica Federal (50,9%) e o MDS (19,7%).

Gráfico 30 – Percepção dos entrevistadores quanto à influência da capacitação no desempenho de seu trabalho, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 35.O(a) Sr(a) considera que esta capacitação teve influência no seu trabalho como entrevistador?

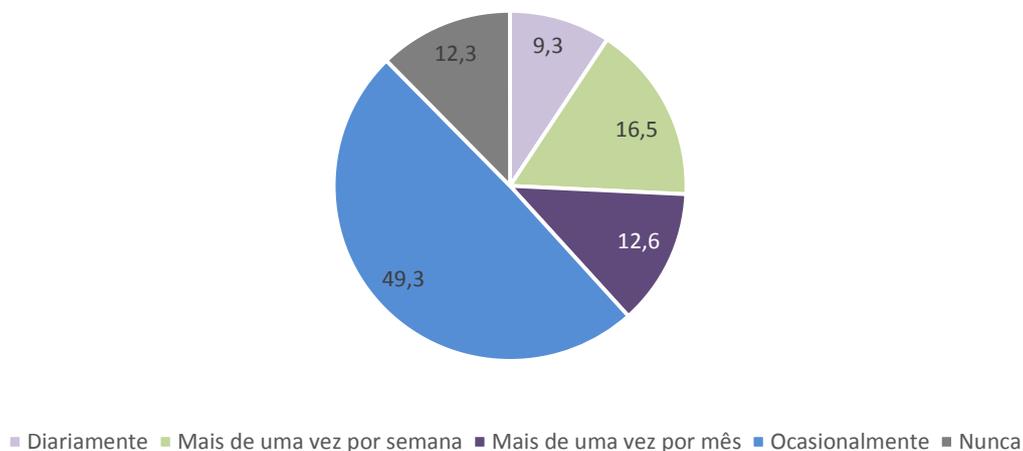
A pesquisa ainda revelou problemas com a infraestrutura⁶ disponível para o trabalho dos entrevistadores. Os casos mais preocupantes foram:

- 44% responderam que não há acessibilidade ou que é inadequada para pessoas com deficiência;
- 35,8% responderam que os banheiros para o público são inadequados ou inexistentes;
- 34,3% afirmam que as salas de esperas para as famílias são inadequadas ou inexistentes;
- 47,2% reclamam da temperatura do ambiente de trabalho;
- 51% afirmam que os espaços para realização das entrevistas são inadequados ou inexistentes;
- 58% reclamam que o horário de atendimento é inadequado ou insuficiente.

Analisando especificamente os equipamentos de trabalho, a avaliação foi positiva para os telefones (71,5%) e computadores com acesso à internet (83,7%). Desta forma, foi possível afirmar que há um bom suporte tecnológico à disposição dos entrevistadores para a realização de suas tarefas relacionadas ao Cadastro Único. Estes equipamentos apresentam problemas de funcionamento ocasionalmente ou nunca (61,3%) e, quando apresentam, são solucionados em até 10 dias (85,5%), o que permite aos entrevistadores terem o sentimento de que estes problemas não geram impactos na realização das entrevistas do Cadastro Único (74,2%).

⁶ Mais informações sobre a infraestrutura dos equipamentos da Assistência Social, além de outras informações, podem ser encontradas no Censo SUAS, que é publicado anualmente e disponível no site do MDS.

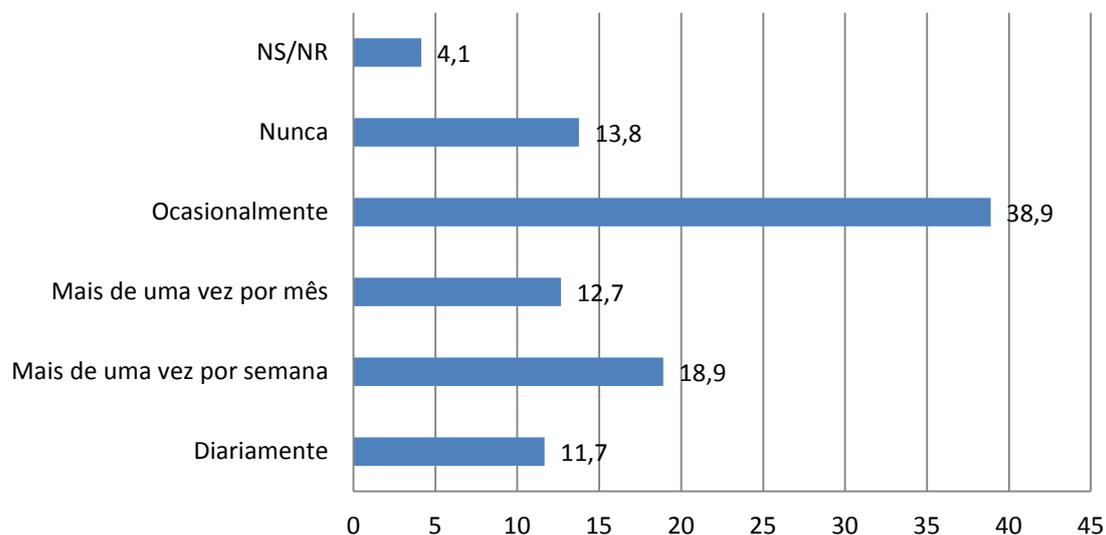
Gráfico 31 – Percentual de entrevistadores por frequência de problemas relacionados aos equipamentos disponíveis, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 43. Com que frequência o(a) Sr.(a) tem problemas relacionados aos equipamentos disponíveis (computadores, impressoras, etc.)?

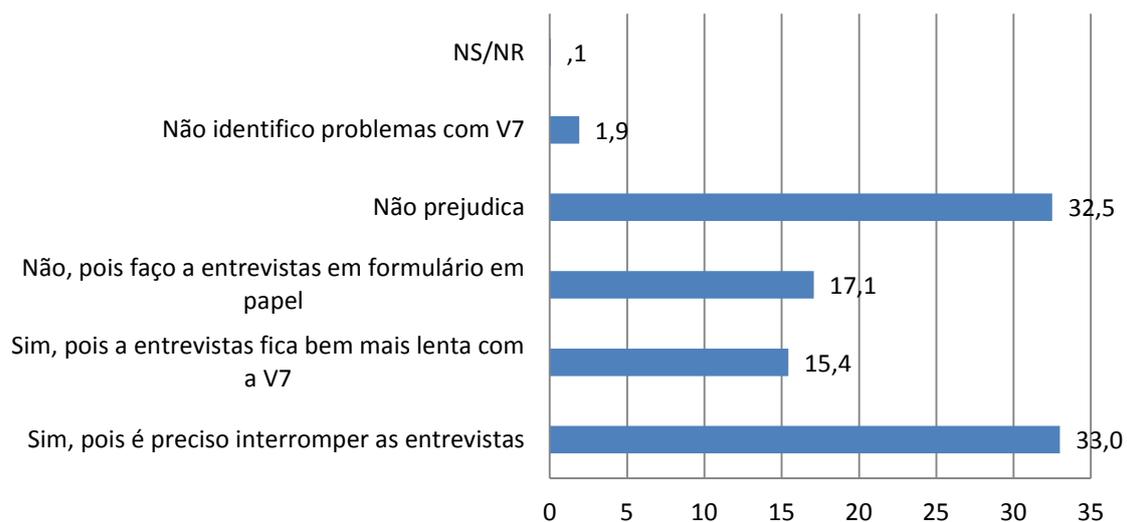
Outro recurso importante para o trabalho do entrevistador é o Sistema do Cadastro Único. Pouco mais da metade dos entrevistados (52,7%) afirmaram que nunca ou apenas ocasionalmente apresenta algum problema com o uso. Mesmo nas situações em que o sistema apresentou algum tipo de problema, 51,5% dos entrevistados indicaram que estas situações não afetavam a rotina de trabalho. Em 17,1% dos casos, os entrevistadores afirmaram que, para contornar estes problemas com o sistema, realizam entrevistas utilizando o formulário em papel.

Gráfico 32 – Percentual de entrevistadores por frequência de problemas relacionados ao Sistema de Cadastro Único, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 51. Com que frequência o(a) Sr.(a) tem problemas relacionados ao uso do Sistema de Cadastro Único – Versão 7 (V7)?

Gráfico 33 – Percentual de entrevistadores por problemas com o Sistema de Cadastro Único que afetam as entrevistas, Brasil



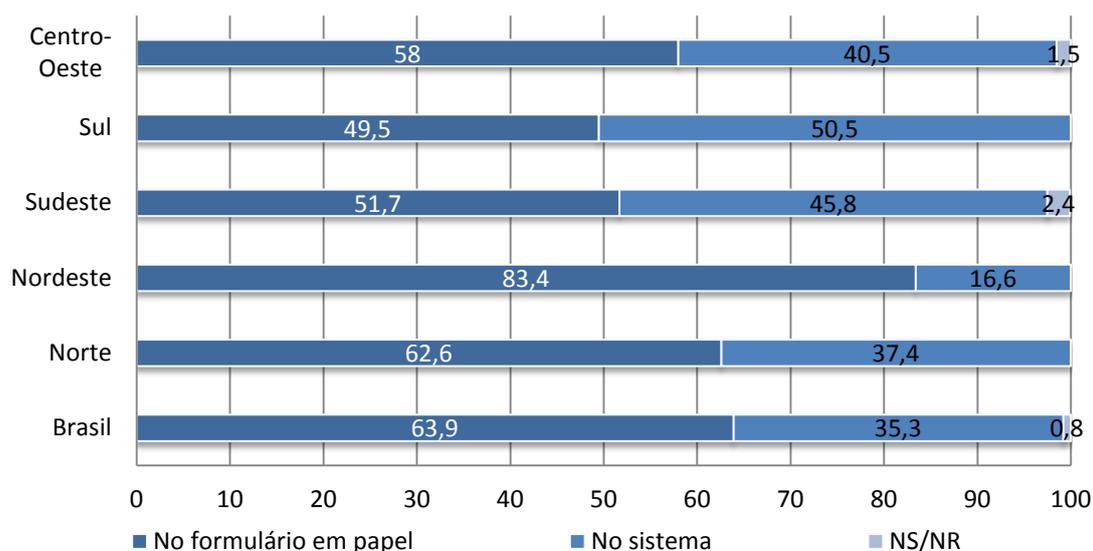
Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 52. Os problemas relacionados ao Sistema do Cadastro único – Versão 7 – chegam a prejudicar a realização das entrevistas?

O tipo de entrevista, seja inclusão ou atualização cadastral, parece não indicar diferenciação quanto ao local de realização, afinal elas são realizadas principalmente em postos fixos (62,1% e 63,3%) ou no CRAS (38,3% e 38,2%). Visitas domiciliares para inclusão e atualização são práticas recorrentes em 36,9% e 34,7% dos casos, respectivamente. É interessante notar que a maior parte dos entrevistadores (93,7%) que citaram fazer visitas domiciliares acredita que a qualidade das informações coletadas nessas visitas é melhor do que aquela coletada nos postos.

Em média, os entrevistadores realizam 5,4 inclusões por dia. A região Norte apresentou o maior volume de trabalho (em média 7,6 inclusões por dia), enquanto a menor média foi observada na região Sul (em média 2,9 inclusões por dia). Já para as atualizações cadastrais são realizadas, em média, 11,6 atualizações por dia, com maior média na região Nordeste (14,4 atualizações por dia) e menor na região Sul (7,7 atualizações por dia).

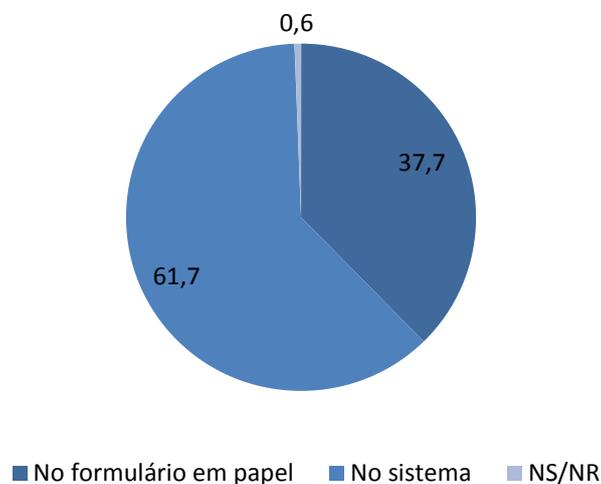
Os entrevistadores usam tanto o papel (63,9%) quanto o Sistema (35,3%) para realizar as entrevistas. As regiões Sul (50,5%) e Sudeste (45,6%) foram onde os entrevistadores mais utilizaram o Sistema de Cadastro Único como forma de coleta. No Nordeste, a situação se inverte, sendo o formulário de papel muito mais utilizado (83,4%). Já para as atualizações cadastrais, o Sistema de Cadastro Único é o canal mais utilizado para a realização das entrevistas e a coleta dos dados (61,7%). Após coletadas em papel, a grande maioria dos cadastros é incluída no Sistema em até três dias (72,7%), mas há municípios nos quais esse prazo pode superar 15 dias.

Gráfico 34 – Percentual de entrevistadores por forma adotada para realização de inclusões no Cadastro Único - Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: q63. As inclusões que o(a) Sr(a) realiza são feitos em sua maioria:

Gráfico 35 – Percentual de entrevistadores por forma adotada para realização de atualizações no Cadastro Único - Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: q64. As atualizações que o(a) Sr(a) realiza são feitos em sua maioria

Com relação aos documentos exigidos no momento da realização da entrevista para o Cadastro Único, boa parte dos entrevistadores segue as orientações propostas no Manual do Entrevistador, solicitando do RF a apresentação do CPF (99,2%), Título de eleitor (95,3%), Certidão de nascimento (94,8%), Carteira de trabalho dos adultos (92%), RG e/ou CNH (90,6%), Certidão de casamento (88,4%). Chama a atenção o fato de alguns documentos, apesar de não serem obrigatórios, são exigidos por pelo menos 1/4 dos entrevistadores, como o comprovante de residência (75,2%), comprovante de matrícula na escola das crianças (74,3%) e documentação de identificação válida para os outros membros da família (70,6%).

A pesquisa com os entrevistadores também focou em identificar o conhecimento desses sobre o processo de preenchimento dos formulários do Cadastro Único. Sobre esse aspecto, para 75,2% dos entrevistadores, seriam componentes familiares aqueles que moram na mesma casa e dividem renda e despesa. Este é o conceito correto e exposto no Manual do Entrevistador do Cadastro Único.

Em relação ao cálculo da renda, o manual do entrevistador do Cadastro Único orienta que, para a composição da renda familiar, devem ser consideradas todas as rendas, exceto as provenientes de programas de transferência de renda. Esta resposta foi dada por 73,2% dos entrevistadores. Contudo, outros procedimentos equivocados são tomados pela equipe:

- 15,9% incluem todas as rendas;
- 8,5% consideram todas as rendas, exceto o PBF, BPC, seguro desemprego e doações.

Outro ponto importante é se os entrevistadores sabem identificar de quais membros da família a renda deve ser computada para cálculo: 63,8% consideram os rendimentos de todas as pessoas do domicílio, conforme orienta o Manual. Outras posturas adotadas pelos entrevistadores:

- 23,2% consideram os rendimentos de todas as pessoas do domicílio maiores de 18 anos.
- 8,7% consideram os rendimentos de todas as pessoas do domicílio maiores de 14 anos.
- 4,3% descontam os ausentes temporários⁷.

Há situações onde o entrevistado não tem certeza sobre o valor da renda de algum dos membros da família. Neste caso, a conduta sugerida pelo Manual é a adotada pelos entrevistadores, em que 58,8% solicitam que o responsável familiar pergunte o valor do rendimento para a pessoa e retorne com a informação correta. Outras formas utilizadas para solucionar este tipo de pendência foram:

- 33,6% explicam como é calculada a renda e pedem que a pessoa apresente um valor
- 5,4% atribuem um valor considerando as demais informações fornecidas

Em caso de falecimento do RF, o Manual de Gestão do Cadastro Único recomenda que a família seja orientada a apresentar o atestado de óbito e indicar uma outra pessoa, maior de 16 anos, para assumir a posição de RF. Este procedimento é adotado por quase a totalidade dos entrevistadores (96,5%). Já quando a família passa por necessidades, mas não tem o perfil para acessar algum benefício/programa, 75,6% dos entrevistadores afirmaram que fazem o encaminhamento à Assistência Social. Já 18,4% disseram concluir a entrevista normalmente. Por fim, 4,5% explicam o que a família precisa declarar para acessar o benefício ou programa.

A quase totalidade dos respondentes (90,8%) afirmou que existem diferenças nas informações prestadas pela família a depender do programa que ela pretende acessar. Isso pode significar que o respondente esteja direcionando suas respostas com o propósito de adequar-se às demandas do programa do qual deseja participar. Considere-se ainda que a quase totalidade dos entrevistadores afirmaram desconfiar, em algum momento, da veracidade de alguma informação prestada pelas famílias (99,5%). Nestes casos, os procedimentos adotados pelo entrevistador tipicamente são:

- 70,2% dos entrevistadores afirmaram que explicam para as famílias as consequências de prestar informações falsas;
- 57% deles disseram solicitar visitas familiares;
- 37,5% encaminham a situação para a Assistência Social;
- Há ainda os que solicitam comprovantes (29,7%) ou;
- Encaminham o caso para os gestores (19,3%).

⁷ Pessoa que está a mais de 12 meses fora do domicílio, ainda que faça parte da família, não deverá ser incluída como moradora.

A maior parte dos entrevistadores (73,9%) afirmou não ter dúvidas no momento da entrevista. As regiões onde os entrevistadores afirmaram estar mais seguros e sem dúvidas foram a Sudeste (87,9%) e Centro-Oeste (87,7%). Já na região Nordeste apenas 58,8% dos entrevistadores afirmaram não ter dúvidas, índice bem menor do que a média nacional. As principais dúvidas foram: se deve solicitar comprovantes de deficiência (10,6%), se deve solicitar comprovante de renda e outros comprovantes (8,4%), o tipo de rendimento que deve registrar (7,0%) e sobre as pessoas que fazem parte da família (3,6%).

Tabela 11 – Dúvidas do entrevistador no momento da entrevista, Brasil

Dúvidas do entrevistador no momento da entrevista	%
Não tenho dúvidas	73,9
Se devo solicitar comprovação de deficiência, caso a pessoa declare que alguém da família possui deficiência	10,6
Se devo solicitar comprovante de renda, separação, entre outros comprovantes	8,4
Que tipo de rendimento devo registrar no formulário e em quais campos	7,0
Quais pessoas fazem parte da família e devem constar no formulário	3,6
Quais documentos pessoais posso exigir da família	2,5
Quem pode responder a entrevista	2,3
Não sabem/ Não responderam	,7

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: q79.No momento da entrevista, quais dúvidas o(a) Sr(a) costuma ter?

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

Estas dúvidas são sanadas pelos coordenadores municipais do Cadastro Único (65,8%), gestores municipais do Cadastro Único (27%) ou outros entrevistadores (23,3%), pessoas que estão mais próximas dos entrevistadores. O MDS ou a CAIXA são pouco acionados para solução de dúvidas. Quase metade dos entrevistadores (48,9%) declararam ainda ter dúvidas relativas ao uso do Sistema, apesar de grande parte delas ser ocasional. Os coordenadores municipais do Cadastro Único são as pessoas que ajudam os entrevistadores a tirar dúvidas sobre o Sistema na maioria dos casos (55,9%).

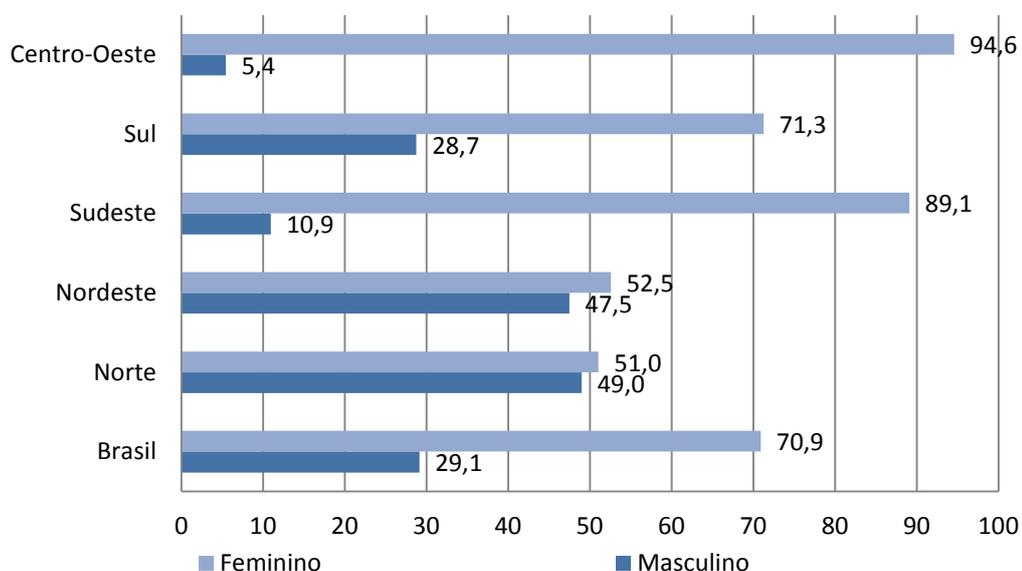
5.2 Pesquisa com Gestores Municipais

Na pesquisa com gestores municipais, buscou-se analisar aspectos relacionados à capacitação e verificar o grau de conhecimento sobre as normas e os procedimentos relativos ao processo de cadastramento e de concessão de benefícios do PBF. As entrevistas com os gestores municipais também tiveram como propósito analisar a infraestrutura disponível para a execução das tarefas rotineiras, sobre aspectos da gestão do Cadastro no âmbito municipal, e sobre os materiais e instrumentos utilizados, dentre outros

aspectos. Os resultados apresentados nesta seção estão expandidos para todos os 5.570 municípios do país.

Os gestores municipais entrevistados na pesquisa foram, em sua grande maioria, compostos pelo sexo feminino (71%). Na análise por região, a predominância do sexo feminino aconteceu no Centro-Oeste, com 94,6% (442 mulheres). Já na Região Norte a situação foi mais equilibrada, pois os homens representaram 49% (220 gestores municipais).

Gráfico 36 – Percentual de gestores municipais por sexo - Brasil e Grandes Regiões

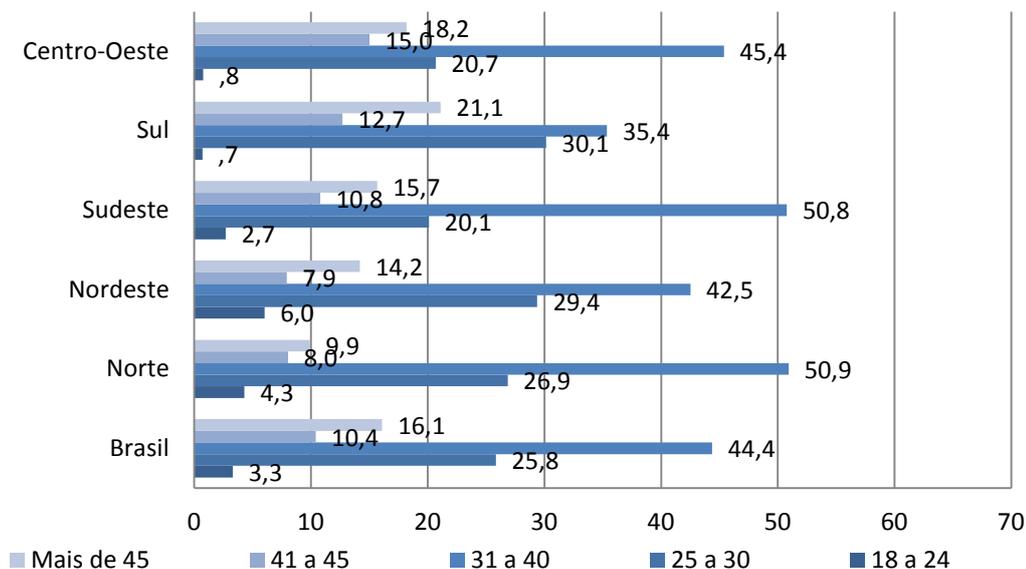


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 2. Sexo do entrevistado

Na análise por idade, a faixa etária entre 31 a 40 anos apresentou o maior percentual (44,4%) de gestores municipais (2.471). As regiões Norte e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de gestores na referida faixa, respectivamente, 50,9% e 50,8%. Na região Sul houve também a predominância (35,4%) de gestores com idades entre 31 a 40 anos, assim como uma presença significativa (30,1%) de gestores com idades entre 25 a 30 anos.

Gráfico 37 – Percentual de gestores municipais por faixa etária - Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 3. Idade do entrevistado

Com relação ao nível de escolaridade, 62,3% (3.470 gestores municipais) possuíam o ensino superior universitário completo, sendo que destes, 12,6% (700 gestores) possuíam pós-graduação. A região Nordeste apresentou o menor percentual de gestores com ensino superior universitário completo e a região Sul o maior percentual, 43,2% e 82,3%, respectivamente.

Tabela 13 – Percentual de gestores municipais por nível de escolaridade - Brasil e Grandes Regiões

Nível de escolaridade	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Ensino Médio	35,9	49,2	55,1	22,4	17,4	45,0
Ensino Superior-Técnico	1,8	1,5	1,7	3,6	,2	,0
Ensino Superior-Universitário (Serviço Social/Sociologia/Psicologia/Pedagogia)	20,6	21,3	12,7	40,6	8,7	9,0
Ensino Superior-Universitário (Administração/Economia)	7,1	3,9	3,5	3,3	14,8	18,4
Ensino Superior-Universitário (Outros cursos)	22,0	20,3	21,8	20,2	28,0	15,6
Pós-graduação	12,6	3,9	5,2	10,0	30,8	12,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 4. Qual seu nível de escolaridade (completo)?

Apenas 23,8% dos gestores municipais atuava exclusivamente como gestor do Cadastro Único; os demais (76,2%) exerciam outras funções (gestor municipal do Cadastro Único 16,1%, gestor municipal do Programa Bolsa Família 17,2%, outras áreas da Assistência Social 18,7% e outras funções 24,2%). A região Nordeste registrou o maior percentual (40,2%) de gestores que atuavam apenas como gestor do Cadastro Único, enquanto a região Norte, o menor (6,9%).

Tabela 12 – Percentual de gestores municipais que exercem outra função além de gestor do Cadastro Único - Brasil e Grandes Regiões

Outra função exercida além de coordenador do Cadastro Único	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Sim, sou Gestor municipal do Cadastro Único	16,1	29,4	13,2	12,9	17,4	22,5
Sim, sou Gestor municipal do Programa Bolsa Família	17,2	25,8	17,7	18,2	15,8	6,9
Sim, atuo também em outras áreas da assistência social	18,7	10,3	8,7	26,7	32,1	2,4
Sim, atuo em outras funções	24,2	27,5	20,2	18,7	24,1	56,1
Não	23,8	6,9	40,2	23,5	10,5	12,1
Não sabem/Não responderam	,1	,0	,2	,0	,0	,0

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 6. Além de coordenador do Cadastro Único o(a) Sr(a) exerce outra função? (ESPONTÂNEA)

Quase a totalidade dos gestores municipais (94,1%) possuía vínculo com a Secretaria de Assistência Social Municipal. A área em que os gestores municipais atuavam na Secretaria Municipal de Assistência Social foi, em sua maioria, na Proteção Social Básica (76,7%). Foi na região Sudeste que se verificou o maior percentual de gestores na Proteção Social Básica (85%).

Quanto ao tempo de experiência profissional, os resultados mostraram que 74,5% atuavam como gestor municipal há mais de 12 meses. Aproximadamente, 26% já estavam há mais de 36 meses como gestor. A região Sul, com 37,5%, apresentou o maior percentual de gestores atuando há mais de 36 meses. Na outra ponta, a região Norte apresentou o maior percentual de gestores com menos tempo na função: 42,8% estava há menos de 12 meses como gestor municipal.

Tabela 14 – Percentual de gestores municipais por tempo de experiência profissional (em meses) - Brasil e Grandes Regiões

Tempo de experiência profissional (meses)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
0 a 12	24,0	42,8	23,4	24,1	16,0	26,9
13 a 24	23,6	18,1	24,6	27,1	23,8	13,1
25 a 36	24,8	15,2	27,2	26,2	21,5	28,5
Mais de 36	26,1	23,9	22,6	21,6	37,5	29,8
Não sabem/ Não responderam	1,4	,0	2,2	1,0	1,1	1,7

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 9. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) é coordenador neste município?

Considerando o tipo de vínculo, uma grande parte dos coordenadores era apenas comissionado (40,2%). Servidores públicos concursados representaram 39,4% dos entrevistados. Chamou atenção o fato de que 14,5% eram temporários (contrato via prestação de serviço). Na análise por região, observa-se que na região Sul, o tipo de vínculo que predominou foi o de servidor público concursado, com 46,5% dos gestores municipais. A região com o menor percentual de servidores concursados foi a região Norte, com apenas 25,2% dos gestores municipais com essa categoria de vínculo.

Tabela 15 – Percentual de gestores municipais por tipo de vínculo com a prefeitura - Brasil e Grandes Regiões

Vínculo com a prefeitura	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Servidor público concursado	39,4	25,2	33,7	44,3	46,5	38,9
Empregado público, via CLT	1,8	,0	1,1	4,8	,0	,0
Comissionado apenas	40,2	40,5	43,3	41,5	32,0	44,5
Temporário - contratado, via prestação de serviço	14,5	32,7	20,9	8,9	9,7	5,2
Temporário - contratado, via CLT	1,9	1,5	,9	,0	5,9	2,8
Outros	2,2	,0	,1	,5	5,9	8,6

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta:10. Qual o seu vínculo com a prefeitura neste momento?

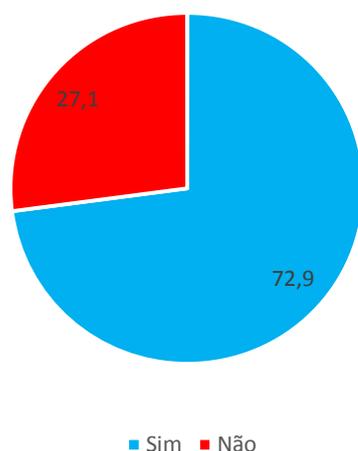
Um ponto relevante é que 91,1% dos gestores estavam satisfeitos (atribuíram notas superiores a 7) com o tipo de vínculo que possuíam. Para 31,4% dos gestores, o nível de satisfação foi máximo (atribuíram notas máximas, ou seja, 10). Por região, foi possível observar que 90% dos gestores atribuíram notas superiores a 7. Também por região, a Norte foi a que apresentou o menor percentual de gestores (12,7%)

totalmente satisfeitos com o vínculo, enquanto a região Centro-Oeste, o maior (44,3%). A pesquisa avaliou ainda a satisfação com a função de gestor municipal do Cadastro Único. Neste item, 89,1% dos entrevistados deram notas superiores a 7. Observou-se ainda que 27,2% deram nota 10. Na análise por região, a Centro-Oeste apresentou o maior percentual (100%) de gestores atribuindo notas superiores a 7, a região Sul, o menor (82,3%).

No tocante à carga de horário semanal de trabalho, 74,4% dos gestores municipais possuíam uma carga que variou entre 31 a 40 horas semanais. Considerando os resultados por região, em todas elas a carga horária ficou nessa faixa. Dos que disseram possuir outro tipo de emprego (apenas 14,1% dos gestores relataram ter outro emprego além de gestor do Cadastro Único), 30,3% atuavam também como professor e 13,6% como microempresário. Neste sentido, vale ressaltar que apenas 39,4% de gestores informaram que eram servidores públicos.

Considerando a capacitação realizada por parte dos gestores municipais, a grande maioria (72,9%) indicou que realizou a capacitação de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família. A realização de capacitações é importante, pois contribui positivamente para a melhoria do Cadastro Único, uma vez que consolida o saber que a função exige.

Gráfico 38 – Percentual de gestores municipais que realizaram capacitação para função, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 27. O(a) Sr(a) fez a capacitação do curso de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família? (Estimulada)

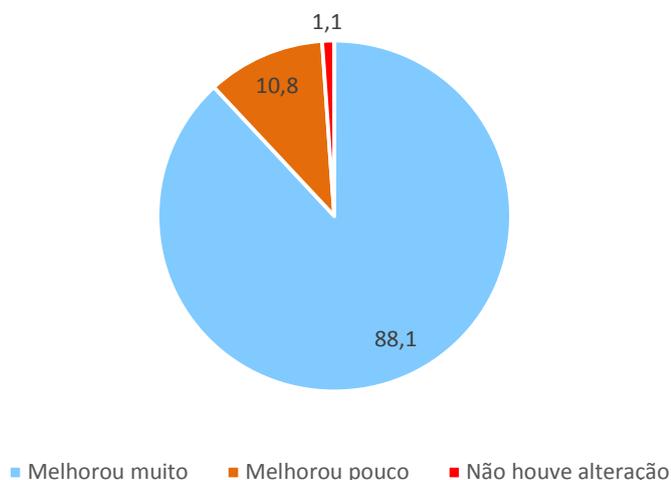
Os gestores que realizaram a capacitação se mostraram bastante satisfeitos com o conteúdo do curso, uma vez que 96,2% deles deram notas superiores a 7. A nota máxima foi indicada por 43,9% dos coordenadores. Este percentual também se manteve acima de 90% para todas as regiões. A região

Centro-Oeste se destacou, pois apresentou o maior percentual (72,1%) de gestores plenamente satisfeitos (deram nota 10).

O que corrobora para o alto percentual de gestores satisfeitos com o curso foi que, para 96,5% dos entrevistados, a capacitação afetou positivamente seu trabalho na função de gestor do Cadastro Único. Isto reflete mais uma vez a boa qualidade dos cursos ofertados, cujos conteúdos realmente englobam questões essenciais para a formação do gestor municipal. As principais instituições promotoras da capacitação foram a Caixa (42,5%), o Estado (34,6%) e o MDS (17,3%).

O impacto que esses cursos tiveram sobre o desempenho profissional foi positivo, pois, para 88,1% dos gestores, os cursos melhoraram bastante o desempenho profissional. É provável, portanto, que o acesso mais frequente a cursos de capacitação possa melhorar o desempenho dos gestores municipais e, por conseguinte, ter impacto positivo sobre a qualidade do Cadastro Único.

Gráfico 39 – Percentual de gestores municipais por impacto da capacitação sobre o desempenho profissional, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 38. O(a) Sr(a) considera que depois desses cursos seu desempenho profissional (ESTIMULADA)

A equipe de trabalho e a infraestrutura de que dispõem os gestores também foram avaliadas na pesquisa. Ter à disposição bons funcionários torna os afazeres cotidianos mais fáceis e tende a aumentar a qualidade dos serviços executados. Por outro lado, quando não há uma boa infraestrutura, mesmo com uma boa equipe, o funcionamento das atividades pode ser comprometido. Segundo a grande maioria dos gestores, o tipo de vínculo ideal para a equipe de trabalho é de servidor público concursado (82,7%).

Uma vantagem é que isto tenderia a reduzir a rotatividade no exercício das funções. A região Sul apresentou o maior percentual de gestores afirmando que o tipo de vínculo ideal é o de servidor público (88,9%), a região Norte, o menor (75,3%).

Tabela 16 – Percentual de gestores municipais por tipo de vínculo considerado ideal - Brasil e Grandes Regiões

Tipo de vínculo ideal para a equipe	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Servidor público concursado	82,6	75,3	77,3	85,5	88,9	84,5
Empregado público, via CLT	2,5	1,9	1,6	4,8	,7	2,4
Cargo comissionado apenas	4,1	6,9	8,3	,2	2,6	2,4
Temporário - Contratado, via prestação de serviço	8,9	15,6	9,4	8,1	6,0	10,7
Temporário - Contratado, via CLT	1,5	,0	3,3	1,3	,0	,0
Temporário - Estagiário	,4	,3	,0	,0	1,9	,0

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 43. Qual tipo de vínculo profissional considera ideal para sua equipe? (ESTIMULADA)

Considerando as funções onde há necessidade de profissionais, as maiores carências relatadas foram de entrevistador (36,2%) e assistente social (25,2%). Por outro lado, para 10,8% dos gestores não há necessidade de profissionais adicionais em suas respectivas equipes de trabalho. As regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores percentuais de gestores afirmando que não há carência de profissionais, de 12,4% e 11,1%, respectivamente.

Tabela 17- Percentual de gestores municipais por função em que há carência de profissionais - Brasil e Grandes Regiões

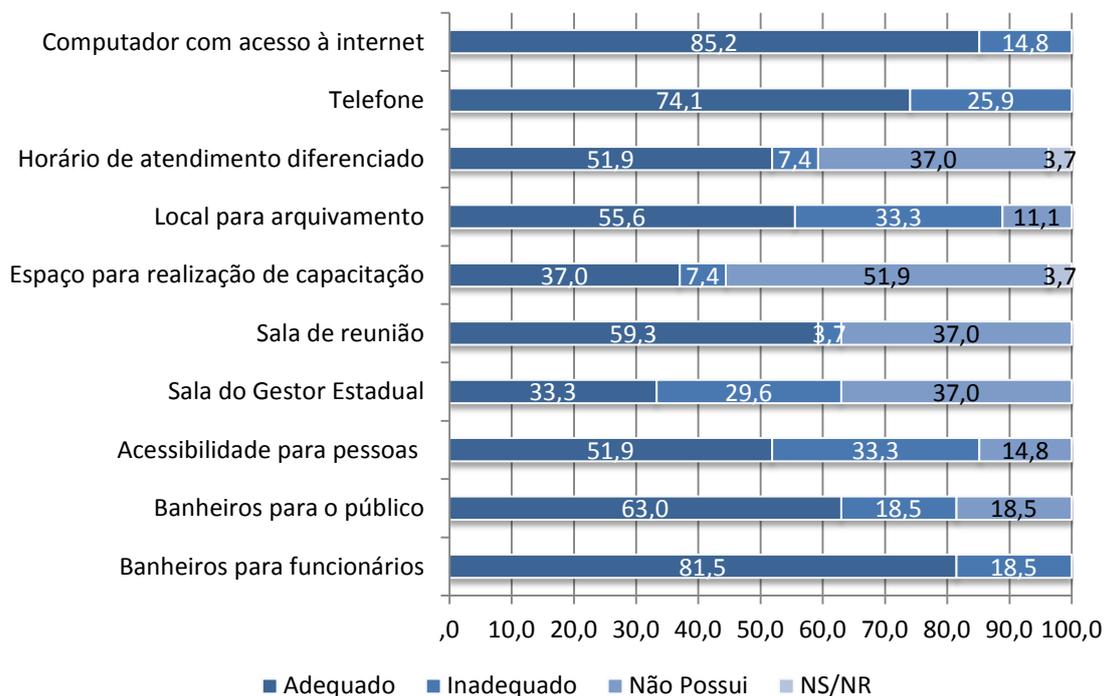
Função em que há necessidade de profissionais	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Receptionista	6,3	1,7	,0	12,5	7,8	9,4
Entrevistador	36,2	26,5	34,9	37,5	32,3	55,9
Digitador	8,9	12,7	11,8	6,8	7,5	5,6
Assistente Social	25,2	28,2	24,9	24,8	30,8	9,9
Psicólogo	5,7	8,8	5,2	6,4	5,2	3,7
Técnico de informática	4,5	12,1	9,6	,4	1,5	,4
Apoio Administrativo	,8	1,5	,0	1,4	,2	2,4
Não há carência de pessoa	10,8	8,5	12,4	10,2	9,9	11,1
Não sabem/Não responderam	,4	,0	,6	,0	1,0	,0
Outro	1,1	,0	,6	,1	3,8	1,5

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: Qual a principal função que o(a) Sr(a) considera que há necessidade de pessoal? Pergunta: 44. Qual a principal função que o(a) Sr(a) considera que há carência de pessoal? (Múltipla)

Analisando a infraestrutura, pôde-se observar na pesquisa que os gestores estavam satisfeitos em relação a alguns itens, mas há necessidade de melhorias. A infraestrutura dos banheiros para funcionários e para o público, na maioria dos casos, mostrou-se adequada - 72,2% dos gestores disseram que os banheiros para os funcionários eram adequados, enquanto 72,9% afirmaram que a infraestrutura dos banheiros para o público se mostrava adequada. Também foi avaliada como adequada, para a maioria dos gestores, a infraestrutura da sala de espera para as famílias (73,1%), a temperatura (61%), a infraestrutura do local para arquivamento (75,7%), telefone (69,6%) e computador com acesso à internet (89%).

Os itens que não foram tão bem avaliados pelos gestores foram: infraestrutura do espaço de entrevistas, com 35% dos entrevistados indicando que a infraestrutura era inadequada, e a temperatura do ambiente, com 35,4% de entrevistados indicando ser inadequada. Foi possível perceber ainda que, em 28,9% dos municípios, não havia horário de atendimento diferenciado, e em 19,6% a gestão não contava com um espaço apropriado.

Gráfico 40 – Percentual de gestores municipal por avaliação da infraestrutura disponível para o trabalho



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 53. Considerando os locais de atendimento do Cadastro Único do seu município o(a) Sr(a) considera o: (Estimulada)

Os gestores municipais, quando questionados sobre as principais demandas para aprimorar as atividades do Cadastro Único, elegeram três principais. A primeira se referiu a qualificar/requalificar o quadro de

peçoal, demanda mencionada por 59% dos entrevistados. Note que, como já mencionado, os próprios gestores, em sua maioria, afirmaram necessitar de capacitação adicional. Pode-se inferir que uma das principais ações a serem tomadas no sentido de melhorar a qualidade do Cadastro Único é ofertar cursos adicionais de capacitação. Em segundo, ficou a ampliação do quadro de peçoal com 58,2%. E em terceiro, melhorar a qualidade do serviço de internet (52,9%). Esta questão está ligada a melhorias de infraestrutura, o que também já foi destacado no item anterior. Essas três demandas também apareceram como sendo as principais em todas as regiões, mas em ordens distintas. No Norte e Nordeste, por exemplo, as demandas mais importantes foram melhorar a qualidade do serviço de internet (64% nos dois casos).

Tabela 18 – Percentual de gestores municipais por principais demandas para aprimorar as atividades - Brasil e Grandes Regiões

Principais demandas para aprimorar as atividades	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Qualificar/requalificar o quadro de peçoal	59,0	46,1	62,7	64,0	61,3	32,7
Ampliar o quadro de peçoal	58,2	54,3	47,4	55,7	76,9	64,3
Melhorar a qualidade do serviço de internet	52,9	64,0	64,0	51,1	41,1	35,8
Veículo	39,6	52,1	31,5	37,6	44,3	53,4
Substituir o acervo de equipamentos eletrônicos (computadores e periféricos)	22,2	21,2	24,0	20,6	22,0	22,9
Adquirir e/ou substituir mobiliário	16,3	21,4	15,2	25,5	5,2	11,3
Outro	5,5	4,6	5,4	1,4	9,9	10,5
Instalação de Internet	3,7	7,2	1,1	2,9	8,7	,0

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 54. Na sua percepção quais são as (três) principais demandas para aprimorar as atividades do Cadastro Único no seu município? (ESTIMULADA, ATÉ 3 OPÇÕES)

Uma forma para melhorar a qualidade do Cadastro Único é, sem dúvida, apresentar um processo de trabalho bem estruturado. Nesse sentido, os gestores foram questionados sobre o atual processo de trabalho por eles desenvolvido. Observou-se que os principais locais para a inclusão cadastral no município são a sede da Secretaria de Assistência (46%) e o CRAS (41,4%).

Tabela 19 – Percentual de gestores por local de inclusão de cadastros realizados no município, Brasil

Local de inclusão de cadastros realizados no município	Brasil
Sede da Secretaria de Assistência Social	46,0
Posto atendimento do Cadastro Único, exceto Sede da Secretaria de Assistência Social e CRAS	8,0
CRAS	41,4
Sede da Prefeitura	1,6
Órgão vinculado à Prefeitura	,1
Posto itinerante/mutirão	,3
Outro	2,6

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 79. Onde são realizadas a maioria das inclusões de cadastro realizadas no município? (ESTIMULADA)

Segundo os gestores, as principais atividades para a realização de novos cadastros são visitas domiciliares (77,7%), atendimento por demanda livre (64,6%), divulgação através de rádio e outros meios de comunicação (59,1%), agendamento prévio das entrevistas (39,4%), mutirões com postos itinerantes (36,2%) e triagem prévia dos demandantes (32%).

Tabela 20 – Percentual de gestores municipais por atividades realizadas para a realização de novos cadastros (nos últimos seis meses)

Atividades realizadas para a realização de novos cadastros	Brasil
Visitas domiciliares	77,7
Atendimento por demanda livre	64,6
Divulgação através de rádio e outros meios de comunicação	59,1
Agendamento prévio das entrevistas	39,4
Mutirões com postos itinerantes	36,2
Triagem prévia dos demandantes	32,0
Outro	1,9
Não sabem/ Não responderam	1,1
Nenhuma	,3

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 80. Nos últimos 6 meses quais atividades foram utilizadas para a realização de novos cadastros no seu município? (ESTIMULADA Nº LIVRE)

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

Ainda em relação à inclusão cadastral, a grande maioria dos Coordenadores indicou que a entrevista é feita em formulário em papel (69,2%). Por outro lado, a atualização é realizada, em sua maioria (57,2%),

no próprio sistema. Na análise por região, no Nordeste grande parte das atualizações ainda é feita no papel (52,7%), por outro lado a Região Centro-Oeste é a que mais utiliza o sistema (78,7%).

Durante a pesquisa, os gestores responderam a questões sobre procedimentos adotados em certas circunstâncias que podem gerar erros no processo de cadastramento. Com relação a quem poderia solicitar a atualização dos dados do Cadastro Único da família, 94,7% dos gestores responderam que apenas o Responsável Familiar poderia solicitar. Foi interessante observar que, para 4,8% dos gestores qualquer pessoa da família interessada em modificar as informações do Cadastro poderia solicitar a alteração. A região Sul, com 17,7%, apresentou o maior percentual de gestores que responderam que qualquer pessoa da família pode solicitar modificações.

Outro ponto que chamou atenção foi que, quando questionados sobre o procedimento que a gestão municipal deveria adotar quando solicitada a modificar as informações do cadastro da família, 70,9% dos gestores municipais afirmaram que a gestão municipal exige um documento de identificação do Responsável Familiar e a indicação de qual é a alteração a ser realizada. Entretanto, 21,1% dos coordenadores informaram que a gestão municipal exige que seja assinado um documento adicional para a alteração de dados do cadastro familiar. Para outros 6,8%, a gestão municipal apenas solicita a indicação de qual a alteração a ser realizada no Cadastro Único.

Tabela 21 – Percentual de gestores municipais por procedimentos adotados para a modificação das informações do cadastro da família, Brasil

Procedimentos adotados para a modificação das informações do Cadastro da família	Brasil
A gestão municipal exige um documento de identificação do responsável familiar e a indicação de qual a alteração a ser realizada	70,9
A gestão municipal exige que seja assinado um documento solicitando a alteração de dados do Cadastro	21,1
A gestão municipal apenas solicita a indicação de qual a alteração a ser realizada no Cadastro	6,8
Não sabem/Não responderam	,7
Outros	,5

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 88. Qual o procedimento que a gestão municipal adota quando é solicitada a modificação das informações do Cadastro da família? (ESTIMULADA).

Em 95,9% dos municípios são realizadas visitas domiciliares, sendo que as principais atividades realizadas nessas visitas são: Averiguação Cadastral (79,6%), atualização cadastral (70,9%), identificação de famílias vulneráveis (65,3%), inclusão cadastral (62,6%), acompanhamento familiar

(55,6%), encaminhamento para inclusão ou atualização (40,3%), encaminhamento para serviços e programas (37,1%) e encaminhamento para emissão de documentação (24,4%).

Tabela 22 – Percentual de gestores municipais por atividades realizadas nas visitas domiciliares, Brasil

Atividades realizadas nas visitas domiciliares	Brasil
Averiguação cadastral	79,6
Atualização cadastral	70,7
Identificação de famílias vulneráveis	65,3
Inclusão cadastral	62,5
Acompanhamento familiar	55,6
Encaminhamentos para inclusão ou atualização	40,2
Encaminhamentos para serviços e programas	37,1
Encaminhamentos para emissão de documentação	24,3

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 92. Para quais atividades realiza visita domiciliar?

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

No tocante ao local de atendimento por demanda espontânea, além do CRAS (52,9%) e da sede da Secretaria de Assistência Social (49,7%), é utilizado também o posto de atendimento do Cadastro Único em 10,1% dos municípios. Na região Centro-Oeste, além dos locais acima mencionados, é utilizada também a sede da Prefeitura em 8,6% dos atendimentos.

Tabela 23 – Percentual de gestores municipais por local de atendimento por demanda espontânea - Brasil e Grandes Regiões

Local do atendimento por demanda espontânea	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
CRAS	52,9	44,2	27,1	55,8	86,3	64,9
Sede da Secretaria de Assistência Social	49,7	68,5	69,1	55,1	15,5	25,3
Posto atendimento do Cadastro Único, exceto Sede da Secretaria de Assistência Social e CRAS	10,1	4,8	20,5	6,7	4,0	3,2
Posto itinerante/mutirão	1,8	1,5	2,9	1,0	1,5	1,8
Sede da Prefeitura	1,7	2,8	2,1	,0	,5	8,6
Outra Secretaria (que não Assistência Social)	,6	1,5	,6	1,1	,0	,0
Órgão vinculado à Prefeitura	,3	,0	,6	,2	,0	,0

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 97.3 Atendimento por demanda espontânea

Já os locais utilizados para a divulgação do Cadastro Único são vários: CRAS (76,2%), sede da Secretaria de Assistência Social (48,3%), outra Secretaria (16,9%), sede da Prefeitura (15,5%), Posto itinerante/mutirão (12,8%), Órgão vinculado à Prefeitura (11,6%), e Posto de atendimento do Cadastro Único (10,4%).

Tabela 24 – Percentual de gestores municipais por local de divulgação do Cadastro Único, Brasil

Local de divulgação do Cadastro Único	Brasil
CRAS	74,0
Sede da Secretaria de Assistência Social	46,9
Outra Secretaria (que não Assistência Social)	16,4
Sede da Prefeitura	15,1
Posto itinerante/mutirão	12,5
Órgão vinculado à Prefeitura	11,2
Posto atendimento do Cadastro Único, exceto Sede da Secretaria de Assistência Social e CRAS	10,1

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 97.4 Divulgação do cadastro único (palestra, vídeos e folders)

Nota-se que 48,3% dos gestores disseram que os municípios não possuem um responsável oficial para esclarecer dúvidas sobre o Cadastro Único. A região Sudeste se destacou com o maior percentual (63,6%) de gestores afirmando que não existe nenhum responsável oficial para tirar dúvidas e a região Sul, o menor percentual (32,5%). Nesse sentido, em muitos casos (34,7%), quando surge alguma dúvida no processo de cadastramento, a solução encontrada é acessar uma pessoa da gestão municipal, mesmo que ela não seja designada para tanto, ou simplesmente ligar para o MDS (29%). Há também 16,1% que buscaram ajuda na gestão estadual. Interessante observar que a região Centro-Oeste divergiu das demais: a principal forma para resolver as dúvidas foi por meio da gestão estadual (44,1%), e a segunda forma foi através do 0800 da CAIXA, com 30,1%.

Tabela 25 – Percentual de gestores municipais por formas de resolução de dúvidas no processo de cadastramento – Brasil e Grandes Regiões

Formas de resolução de dúvidas no processo de cadastramento	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Acessa-se a uma pessoa da gestão municipal, embora ela não seja designada para tanto (Gestor, Coordenador, entrevistador)	34,7	43,5	46,2	36,6	22,4	5,9
Acessa-se a uma pessoa fora da gestão municipal e fora da gestão estadual	1,3	,6	,0	2,0	,0	4,2
Busca ajuda na gestão estadual	16,1	28,8	12,9	6,6	19,6	44,1
Liga para o 0800 da Caixa Econômica	14,9	15,9	13,0	14,1	9,4	30,1
Liga para o MDS	29,0	6,4	27,5	38,7	30,5	15,7
Busca ajuda na gestão do Cadastro Único de outro município.	3,7	2,5	,0	2,1	18,1	,0
Fóruns/comunidades virtuais	,2	2,5	,0	,0	,0	,0
Outro	,1	,0	,5	,0	,0	,0

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 100. Como a sua equipe esclarece as dúvidas que surgem no processo de cadastramento? Escolha a principal. (ESTIMULADA)

Dos municípios que possuem algum tipo de canal de comunicação com a população (58,3% dos municípios possuem), a dúvida mais frequente é sobre o Bolsa Família (valores, condicionalidades, quem pode receber, etc.) com 79,7%. Em segundo lugar ficou a dúvida a respeito do não recebimento de benefícios (69,1%). Depois aparecem outras dúvidas menos rotineiras sobre o Cadastro Único (31,1%), esclarecimentos relacionados à demora em sua inclusão em programas sociais (27,2%) e denúncias sobre irregularidades no recebimento do benefício do Bolsa Família (27%).

Tabela 26 – Percentual de gestores municipais por dúvidas mais frequentes relacionadas ao Cadastro Único, Brasil

Respostas	Brasil
Dúvidas sobre o Bolsa Família (valores, condicionalidades, quem pode receber etc.)	79,7
Não recebimento de benefícios	69,1
Dúvidas sobre o Cadastro Único	31,1
Esclarecimentos relacionados à demora para sua inclusão em programas sociais	27,2
Denúncias sobre irregularidades no recebimento do Bolsa Família	27,0
Exclusão da participação da família em programas	13,8
Mau atendimento por parte dos profissionais que trabalham na gestão do Cadastro Único	2,9
Sugestões	,5
Não sabem/ Não responderam	,2

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 105. Quais os três assuntos mais frequentes dessas comunicações? (ESTIMULADA)

Um dado importante levantado foi a quantidade de denúncias sobre informações falsas prestadas pelas famílias no Cadastro Único. Segundo os gestores municipais, 87,3% dos municípios recebem até 10 denúncias por mês. Há casos em que mais de 30 denúncias foram recebidas por mês, mas isso acontece em apenas 1,6% dos municípios. As regiões Centro-Oeste e Nordeste foram as que mais recebem até 10 denúncias por mês, 95,25% e 92,4%, respectivamente. A região Nordeste também apresentou o maior percentual (2,8%) com mais de 30 denúncias por mês. Estas denúncias são averiguadas, em grande parte (81,6%), através de visitas domiciliares. Outras formas para averiguar são por meio do encaminhamento da situação para a Assistente Social (50,9%), da solicitação de documento comprobatório da situação da família (43,7%) e de solicitação da assinatura de termos adicionais de responsabilidade (33,2%).

Tabela 27 – Percentual de gestores municipais por medidas para averiguar os indícios de informações falsas para o Cadastro Único, Brasil

Medidas para averiguar os indícios de informações falsa para o Cadastro Único	Brasil
Solicita a assinatura de termos adicionais de responsabilidade	32,2
Solicita documentos comprobatórios da situação da família (comprovante de renda, certidões, etc.)	42,2
Encaminha a situação para a Assistente Social	49,3
Solicita visita domiciliar	78,9
Outro	,5

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 107. Quais ações a gestão municipal adota para averiguar os indícios de omissão de informações ou prestações de informações falsas: (ESPONTÂNEA/Múltiplas até 3 opções)

Cerca de 39% dos gestores municipais afirmaram nunca ter recebido pressão por terceiros para manipular o Cadastro Único. Apenas 3,5% afirmaram sofrer pressão pelo menos uma vez por semana e 7,9% quase diariamente. Na análise por região, o Norte e Nordeste foram as que apresentaram os maiores percentuais de gestores que recebiam pressão quase diariamente, 15,2% e 14%, respectivamente.

Tabela 28 – Percentual de gestores municipais por pressão exercida por terceiro para manipular o Cadastro Único – Brasil e Grandes Regiões

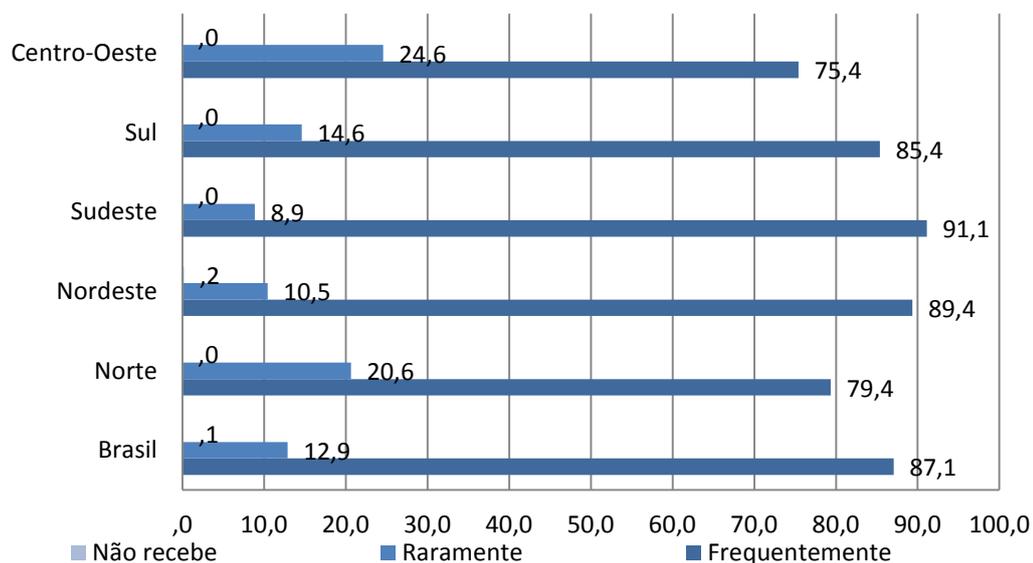
Pressão exercida por terceiro para manipular o Cadastro Único	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Nunca	39,4	32,6	28,1	64,9	29,4	24,3
Muito raramente	27,7	31,7	27,2	21,8	40,5	14,2
De vez em quando	17,0	10,9	24,2	6,0	8,7	55,9
Cerca de uma vez por mês	4,1	5,3	4,7	1,3	8,0	,0
Cerca de uma vez por semana	3,5	2,8	1,7	,0	12,7	,0
Quase diariamente	7,9	15,3	14,0	5,1	,7	5,6
Nãos abem/Não responderam	,4	1,5	,0	,9	,0	,0

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 108. Com que frequência o(a) Sr(a) se sente pressionado por terceiros (políticos, superiores hierárquicos, amigos ou mesmo pelas famílias) para incluir, manter ou excluir indevidamente famílias do Cadastro Único? (ESTIMULADA, 1 OPÇÃO)

Tratando agora da leitura dos informativos do MDS sobre o Cadastro Único, os gestores municipais disseram, em sua maioria (87,1%), ler frequentemente os informativos. A região Sudeste, com 91,1%, apresentou o maior percentual de gestores que leem frequentemente os informativos, e a região Centro-Oeste, com 75,4%, o menor.

Gráfico 41 – Percentual de gestores municipais por frequência de leitura dos informativos do MDS sobre o Cadastro Único – Brasil e Grandes Regiões

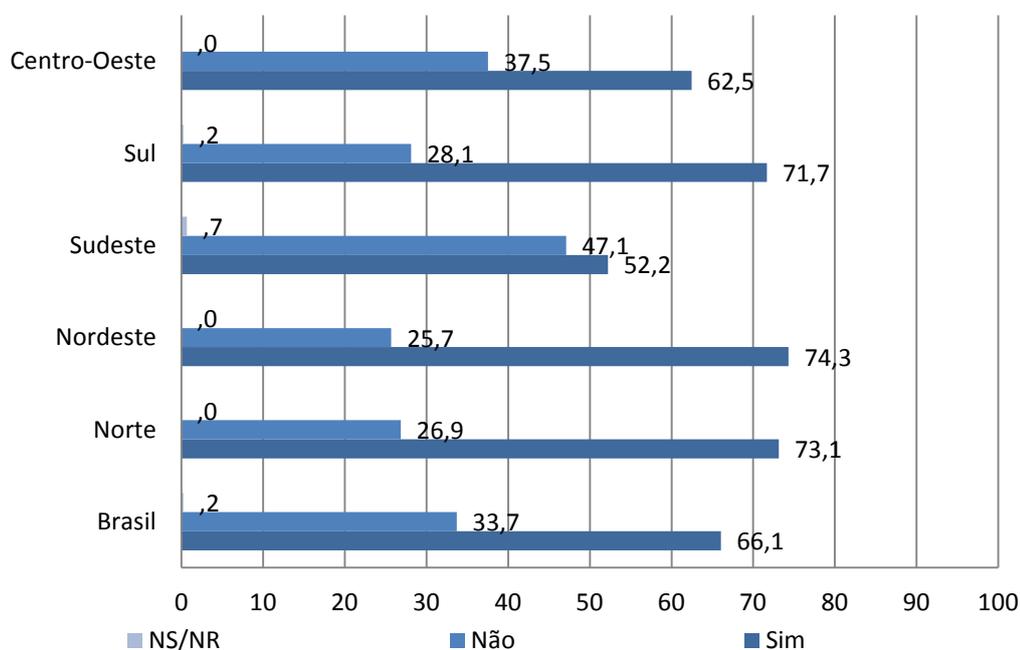


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 109. O(a) Sr(a) lê os informativos do MDS sobre o Cadastro Único? (ESTIMULADA)

Sobre o planejamento anual das atividades, 66,1% dos gestores municipais realizam o planejamento anual das atividades do Cadastro Único. Na região Sudeste, quase a metade dos coordenadores (47,1%) não realizam o planejamento anual. Por outro lado, na região Nordeste, foi identificado o maior percentual de gestores (74,3%) que realizam o planejamento anual.

Gráfico 42 – Percentual de gestores municipais por realização de planejamento anual das atividades do cadastro Único – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 113. Seu município realiza planejamento anual das atividades detalhadas do Cadastro Único, com metas definidas? (ESTIMULADA)

As estratégias adotadas para a atualização ou inclusão cadastral são visitas domiciliares (86,2%), mutirões (54,5%), ações itinerantes (48,7%) e ações sociais/dia da cidadania (41,5%).

Tabela 29 – Percentual de gestores municipais por estratégias adotadas para a atualização ou inclusão cadastral, Brasil

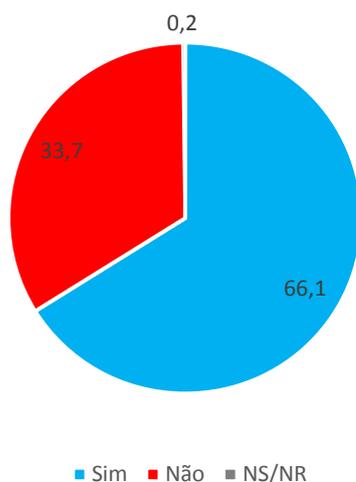
Estratégias adotadas para a atualização ou inclusão cadastral	Brasil
Visita domiciliares	85,8
Mutirões	54,2
Ações itinerantes	48,5
Ações sociais/ Dia da cidadania	41,4
Outro	7,2

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta:115. Quais são as estratégias para atualização ou inclusão cadastral, detalhadas no planejamento anual? (Múltipla).

Para a grande maioria dos municípios (93,6%) não há metas de entrevistas mensais, e aqueles municípios que as possuem (6,4%) acabam definindo as metas de acordo com a demanda (24,9%) ou conforme o tempo de realização da entrevista (22,5%).

Gráfico 43 – Percentual de gestores municipais por existência de metas de entrevistas mensais, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 116. Existe meta de entrevistas (atualização ou novos cadastros) por entrevistador por mês? (ESTIMULADA, 1 OPÇÃO)

Com relação à estratégia para aumentar a qualidade do Cadastro Único, 34,5% dos gestores municipais declararam não possuir tal estratégia. Dentre os gestores que traçam esse tipo de estratégia, as principais ações desenvolvidas são visitas domiciliares (77,7%), solicitação de documentos adicionais (46,2%), conferência dos formulários preenchidos (44,6%), cruzamento da base com outros registros administrativos (servidores públicos municipais) (41,5%) e exclusão de cadastros desatualizados há mais de 4 anos (23,8%).

Tabela 30 – Percentual de gestores municipais por ações desenvolvidas para aumentar a qualidade do cadastro Único, Brasil

Respostas	Brasil
Visitas domiciliares	76,2
Solicitação de documentos adicionais	45,4
Conferência dos formulários preenchidos	43,7
Cruzamento da base com outros registros administrativos (servidores públicos municipais)	40,7
Exclusão de cadastros desatualizados há mais de 4 anos	23,4
Outros	6,3

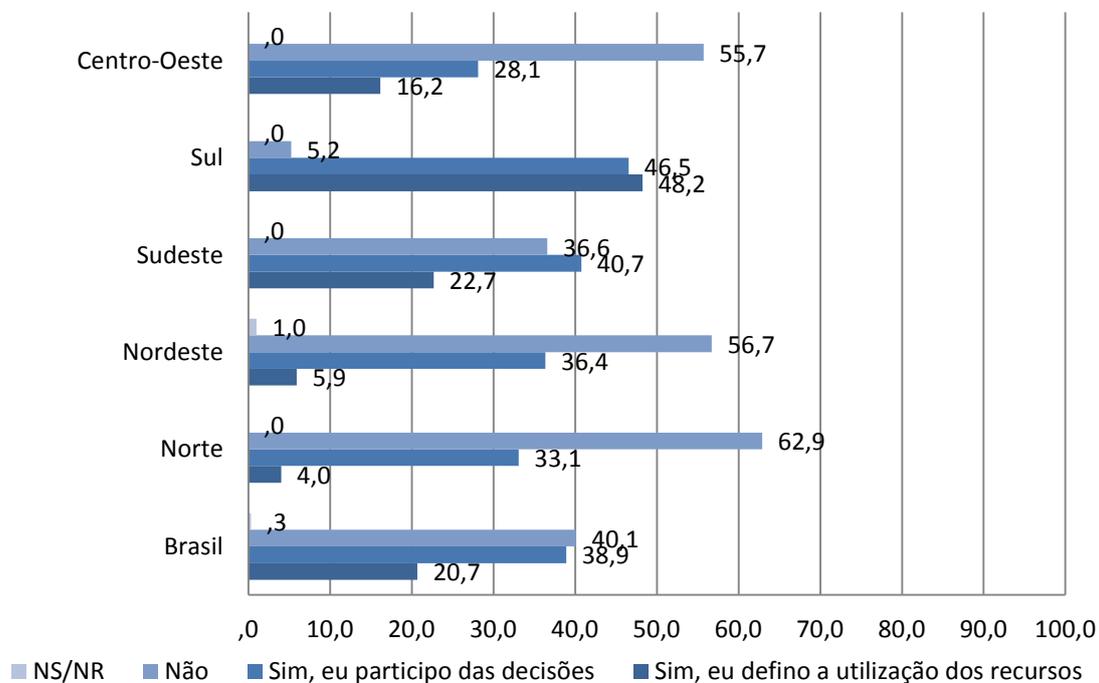
Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 122. Quais ações a gestão municipal desenvolve para aumentar a qualidade do Cadastro Único? (ESPONTÂNEA/MÚLTIPLA)

Por fim, foram tratadas questões relacionadas ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD).⁸ Este índice representa uma importante estratégia para estimular os municípios a investir na melhoria da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF). O processo é feito por meio de avaliação da gestão municipal e de apoio financeiro aos que apresentam bom desempenho. Os gestores municipais, em grande parte, não possuem autonomia para decidir como utilizar e aplicar o recurso proveniente do IGD: 40,1% deles definiam a utilização dos recursos. Na região Norte, o percentual de gestores que não decidiam como utilizar e aplicar os recursos chegou a 62,9%. Por outro lado, na região Sudeste, 63,5% dos gestores indicaram que definem ou participam das decisões sobre a utilização do IGD.

⁸ “O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um indicador desenvolvido pelo MDS que mostra a qualidade da gestão local do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único, refletindo os compromissos assumidos por estados (IGD-E), Distrito Federal e municípios (IGD-M) ao aderirem ao programa. O índice varia entre zero e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o resultado da avaliação da gestão. Com base nesse indicador, o MDS calcula o valor dos recursos financeiros que serão repassados aos entes federados.” Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd>

Gráfico 44 – Percentual de gestores municipais por decisão sobre utilização dos recursos provenientes do IGD - Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

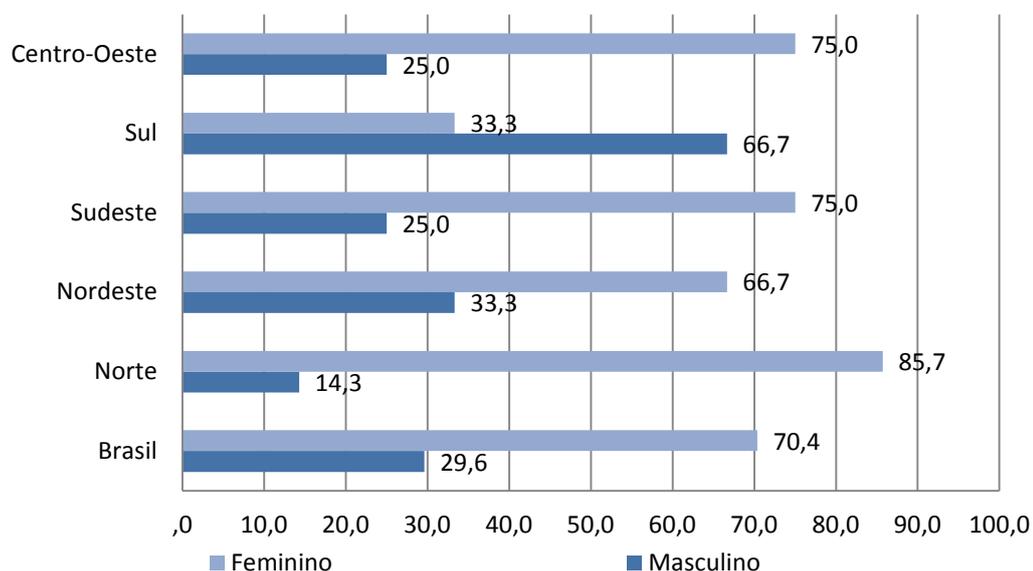
Pergunta: 123. O Sr(a) define ou participa das decisões sobre a utilização dos recursos provenientes do IGD? (ESTIMULADA)

5.3 Pesquisa com coordenadores estaduais e do Distrito Federal

Na pesquisa com os coordenadores estaduais, buscou-se analisar aspectos referentes à capacitação relacionada ao Cadastro Único, o grau de conhecimento sobre as normas e os procedimentos relativos ao processo de cadastramento e concessão de benefícios do PBF, a infraestrutura disponível para a execução das tarefas rotineiras, aspectos da gestão do Cadastro Único, materiais e instrumentos utilizados, dentre outros aspectos. A pesquisa abrangeu as 27 Unidades da Federação.

Os coordenadores estaduais, assim como aconteceu com os coordenadores municipais, são em sua maioria (70,4%) compostos pelo sexo feminino, ou seja, dos 27 estados, em 19 os coordenadores são do sexo feminino. Na região Norte, o sexo feminino representou 85,7% das coordenadoras.

Gráfico 45 – Percentual de coordenadores estaduais por sexo – Brasil e Grandes Regiões

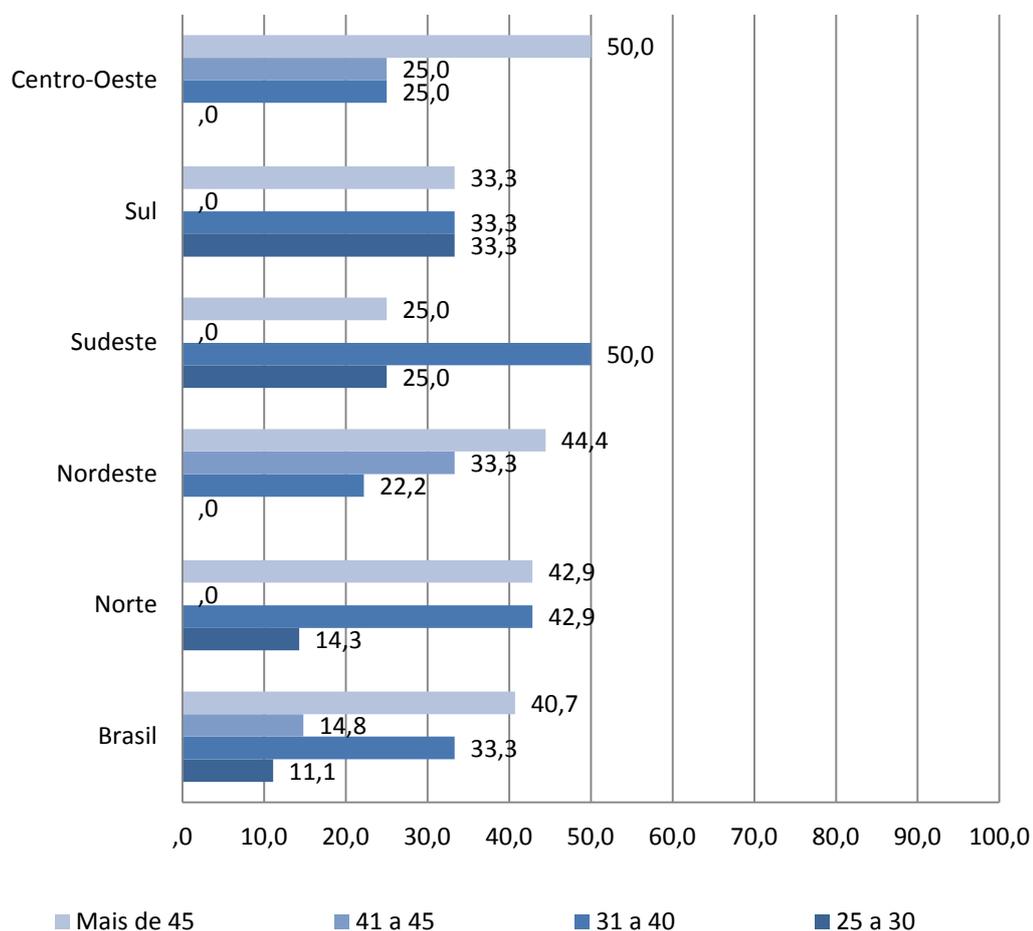


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 2. Sexo do entrevistado

Na análise por idade, observou-se que os coordenadores com idades acima de 45 anos representaram 40,7% dos entrevistados, sendo que mais da metade (55,6%) está acima de 40 anos. Na região Nordeste, coordenadores com idade acima de 40 anos representaram 77,8%. Já na região Sudeste, predominam coordenadores com idade abaixo dos 40 anos (75%), sendo que destes 25% tinham entre 25 a 30 anos de idade.

Gráfico 46 – Percentual de coordenadores estaduais por faixa etária (anos) – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 3. Idade do entrevistado

Com relação ao nível de escolaridade dos coordenadores entrevistados, 51,9% possuíam o ensino superior universitário completo nas mais diversas áreas (Serviço Social, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Administração, Economia, etc.) e 40,7% possuíam pós-graduação. O ensino médio e superior-técnico representaram apenas 11,1% dos coordenadores. Na análise por região, observou-se que o Norte e Sul não apresentaram nenhum Gestor com ensino médio ou superior-técnico, sendo que no Sul 66,6% possuíam pós-graduação. No Norte, este percentual foi de 57,1%.

Tabela 31 – Percentual de coordenadores estaduais por nível de escolaridade – Brasil e Grandes Regiões

Escolaridade	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Ensino Médio	7,4	,0	11,1	,0	33,3	,0
Ensino Superior-Técnico	3,7	,0	,0	,0	,0	25,0
Ensino Superior-Universitário - Serviço Social/Sociologia/Psicologia/Pedagogia	18,5	14,3	44,4	,0	,0	,0
Ensino Superior-Universitário - Administração/Economia	11,1	,0	,0	50,0	,0	25,0
Ensino Superior-Universitário – Outros cursos	18,5	28,6	11,1	25,0	,0	25,0
Pós-graduação	40,7	57,1	33,3	25,0	66,7	25,0

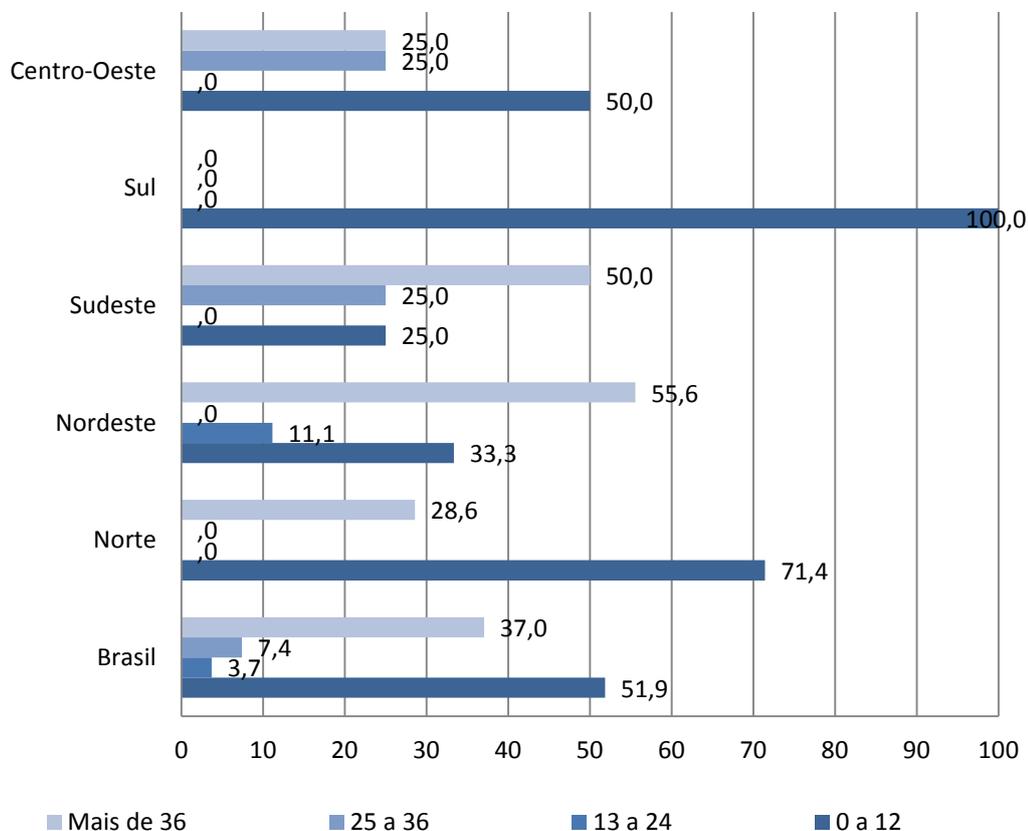
Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 4. Qual seu nível de escolaridade (completo)?

Atuavam apenas como coordenador do Cadastro Único 33,3% dos coordenadores estaduais (9 Gestores) e os demais (66,7%, isto é, 18 coordenadores) exerciam outras funções (coordenador estadual do PBF 25,9%, outras áreas da assistência social 18,7% e outras funções 22,2%). A região Norte apresentou o maior percentual de coordenadores que não exerciam outras funções - 42,9% afirmaram não exercer outra função além de coordenador estadual. Na outra ponta, no Nordeste, 77,8% dos gestores possuíam outras funções além de coordenador do Cadastro Único.

No tocante ao tempo de experiência como coordenador do Cadastro Único, 51,9% possuíam até 12 meses de experiência no cargo. Este percentual não foi surpreendente, pois como a pesquisa foi realizada em 2015 e a última eleição ocorreu em 2014, muito provavelmente ocorreram novas nomeações. Entretanto, 37% dos coordenadores estavam há mais de 36 meses como coordenador do Cadastro Único no mesmo Estado. No Nordeste este percentual foi de 55,6%.

Gráfico 47 – Percentual de coordenadores estaduais por tempo de experiência nesta atividade (meses) – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 11. Há quanto tempo o (a) Sr (a) é Gestor do Cadastro Único neste Estado?

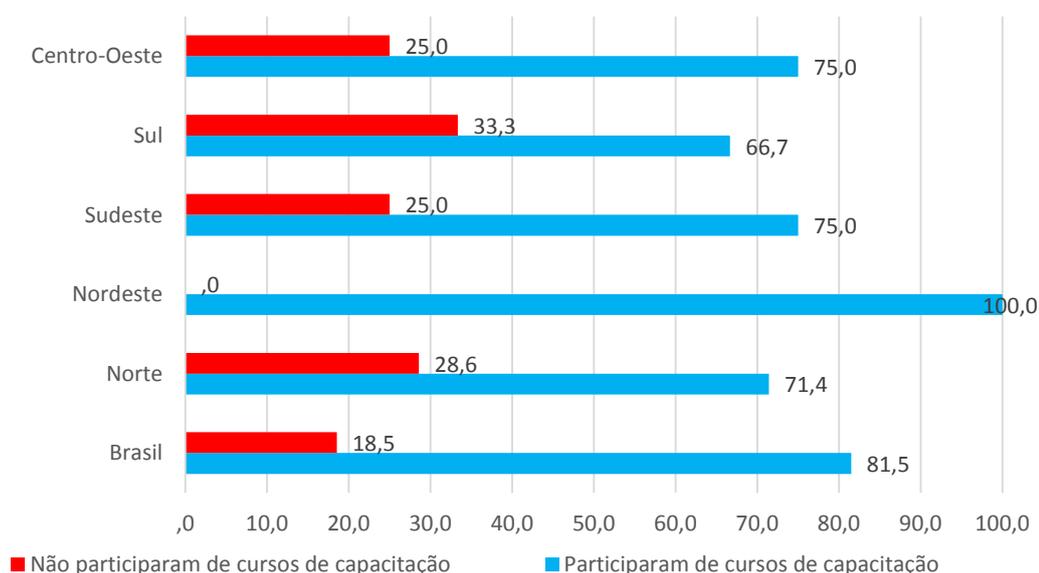
Considerando o tipo de vínculo, a maioria dos coordenadores era constituída por servidores públicos concursados (44,4%). Empregado público via CLT foram apenas 3,7% dos entrevistados. Chama atenção o fato de que apenas 40,7% eram comissionados. A região Norte apresentou o maior percentual de coordenadores com o vínculo de servidor público (71,4%). A região Sul não apresentou nenhum coordenador com o vínculo de servidor público (todos eram comissionados). Um fato positivo, ainda com relação à experiência do coordenador, foi que a pesquisa mostrou que 96,3% dos coordenadores já trabalharam em alguma função relacionada ao Cadastro Único no estado ou em algum município. Na região Nordeste, 88,9% de coordenadores possuía experiência anterior.

De forma geral, os entrevistados se mostraram satisfeitos no exercício de suas respectivas funções como coordenador estadual do Cadastro Único, pois a nota média dada ao nível de satisfação na função foi 8,5.

Os mais satisfeitos estavam no Sudeste e Centro-Oeste, pois ambos deram nota média de 9,0. Já os menos satisfeitos se encontravam na região Sul, com nota média 6,7.

Um quesito importante levantado pela pesquisa foi relacionado à capacitação realizada por parte dos coordenadores estaduais. De acordo com os entrevistados, a grande maioria (81,5%) já fez alguma capacitação sobre o Cadastro Único. No Nordeste, todos os coordenadores já passaram por alguma capacitação. No outro extremo, na região Sul, 66,7% já fizeram alguma capacitação.

Gráfico 48 – Percentual de coordenadores estaduais por participação em cursos de capacitação – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

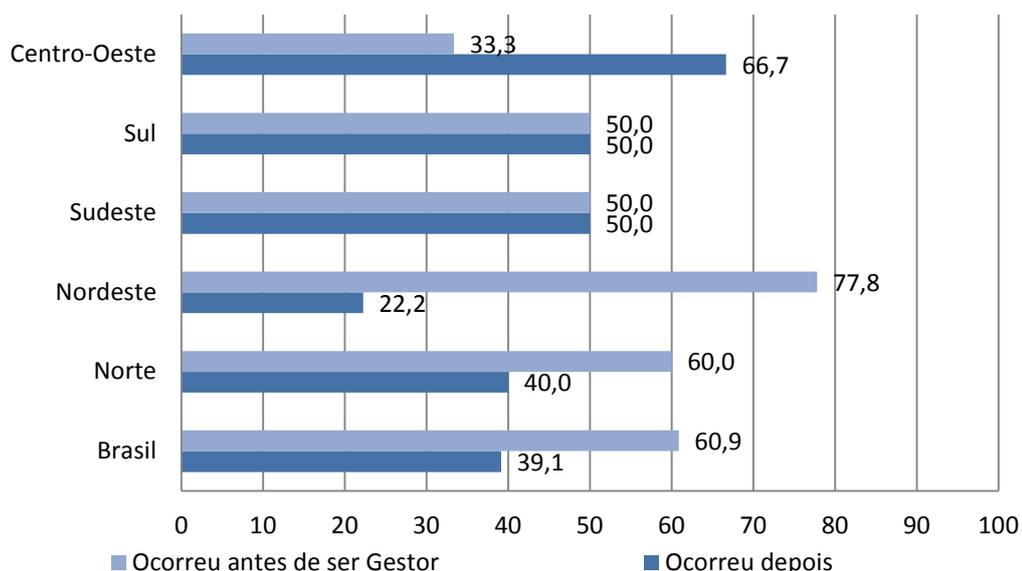
Pergunta: 25. O (A) Senhor (a) poderia listar os cursos de capacitação que realizou sobre o Cadastro Único?

Assinale o mês e o ano que o curso foi realizado; atribua notas entre 0 e 10 para exprimir sua avaliação em relação à qualidade do conteúdo e a importância dos cursos.

De todos os cursos citados, a instituição promotora da capacitação foi o MDS (84,5%), a CAIXA (10,3%) ou o Estado (5,2%). Na região Sul, todos os cursos foram promovidos pelo MDS. Essas capacitações, para aqueles que mencionaram ter feito, ocorreram depois de iniciar as atividades como coordenador estadual para 39,1% dos entrevistados. Este resultado foi considerado normal, uma vez que em alguns casos a capacitação é fornecida depois de o coordenador assumir as suas funções. A análise por região mostrou que no Sul 66,7% dos coordenadores fizeram a capacitação depois de terem começado a

realizar suas atividades. Já no Nordeste, 22,2% fizeram a capacitação depois de terem iniciado suas funções.

Gráfico 49 – Percentual de coordenadores estaduais por capacitação prévia à atividade como coordenador – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: 26. A primeira capacitação que você realizou aconteceu antes ou depois de o (a) Sr(a) ter começado a realizar sua atividade como Gestor Estadual do Cadastro Único?

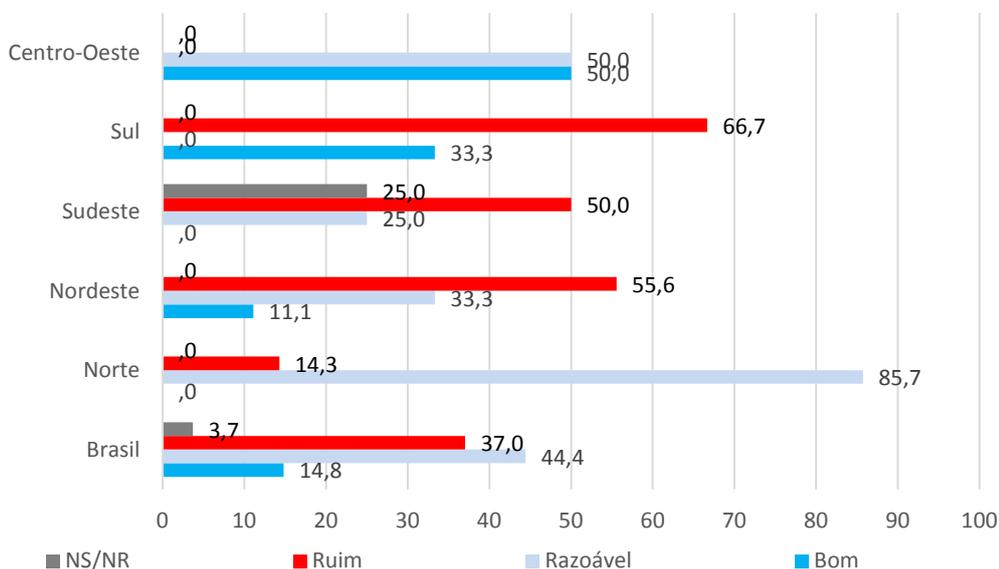
Segundo os coordenadores, as capacitações que realizaram não foram suficientes (para 47,8%) para deixá-los seguros em relação ao desempenho de sua função. O resultado por região mostrou que 100% dos coordenadores da região Sul afirmaram que os cursos por eles realizados não foram suficientes para lhes deixarem seguros. As regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram os menores percentuais, ambos com 33,3%. Assim, 85,2% dos Gestores afirmaram que necessitam de capacitação adicional. Nas regiões Sul e Sudeste este percentual foi de 100%. O menor percentual foi observado na região Centro-Oeste (75%), mas ainda considerado muito elevado.

Os coordenadores foram estimulados também a avaliar a equipe de que dispõem. Na maior parte dos casos (66,7%), as equipes de trabalho são compostas por até 5 pessoas. Apenas 11,1% dos estados possuem uma equipe superior a 10 pessoas. Na análise por região, em todos os estados da Sul as equipes de trabalho eram compostas por até 5 pessoas. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem 1 (um) estado com uma equipe de trabalho com mais de 10 pessoas. Em 63% dos estados, os coordenadores não dispõem de nenhum coordenador pedagógico em sua equipe. Na região Sul, não

havia nenhum coordenador pedagógico. A região com maior percentual de coordenadores pedagógicos é a Centro-Oeste, com 50% (2 estados).

Desta forma, quando questionados se estavam satisfeitos com o número de pessoas em sua equipe, 37% dos coordenadores disseram que não. Apenas 14,8% consideraram bom o número de pessoas na equipe. Na análise por região, a Sul apresentou o maior percentual de coordenadores que afirmaram ser ruim o número de pessoas da sua equipe (66,7%). No Centro-Oeste 50% dos coordenadores disseram ser bom o número de pessoas na equipe atual.

Gráfico 50 – Percentual de coordenadores estaduais por nível de satisfação com o número de pessoas na equipe – Brasil e Grandes Regiões



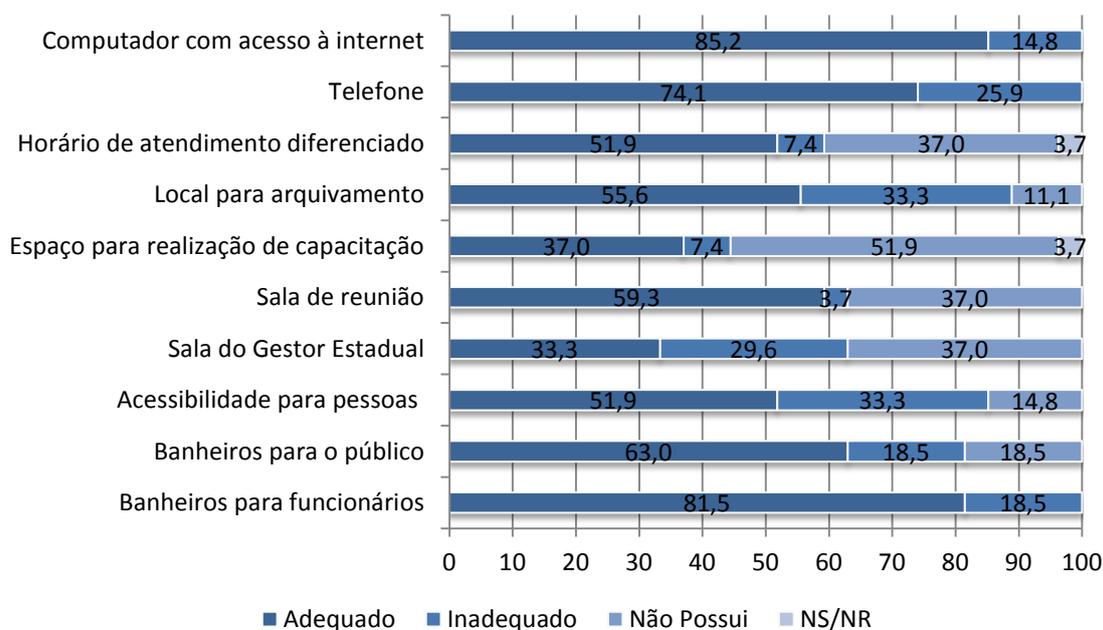
Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 32. Considerando a demanda das atividades que a Gestão Estadual do Cadastro Único desenvolve o(a) Sr(a) considera o número de pessoas da sua equipe atual é:

Olhando para a infraestrutura em geral, pode-se observar que em alguns itens os coordenadores estavam satisfeitos, mas há ainda muitos itens onde são necessárias melhorias. Com relação à infraestrutura dos banheiros para funcionários, na maioria dos casos (81,5%) se mostraram adequados. Foram avaliados também como adequados, para a maioria dos gestores, o telefone (74,1%) e computador com acesso à internet (89%). Os itens que não foram tão bem avaliados pelos coordenadores (que tiveram percentual abaixo de 70% de coordenadores que os consideraram adequados) foram: infraestrutura dos banheiros para o público, (63% afirmaram estar adequada), infraestrutura de acessibilidade para pessoas com deficiência (51,9%), infraestrutura da sala do coordenador estadual (33,3%), infraestrutura da sala de reunião (59,3%), infraestrutura do espaço para

realização de capacitação (37%), infraestrutura do local para arquivamento (55,6%) e horário diferenciado (51,9%).

Gráfico 51 – Percentual de coordenadores estaduais por avaliação de itens da infraestrutura disponível, Brasil



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: q33.1.Considerando a infraestrutura da sede estadual da gestão do Cadastro Único o (a) Sr(a) considera o:

A pesquisa revelou que 96,3% dos estados realizavam planejamento anual de atividades com definição de metas. Apenas 1 (um) estado da região Sul não faz esse tipo de planejamento. Entretanto, o planejamento é feito, na maioria das vezes (88,5%), para o estado como um todo. Portanto, em geral, não se realiza o planejamento considerando as particularidades de cada região do estado ou município. Na análise por região, observa-se que no Norte e Nordeste são feitos direcionamentos do planejamento por região em 14,3% e 11,1% dos estados, respectivamente. No Sudeste, 25% dos estados realizam o planejamento em nível de município.

Tabela 32 – Percentual de coordenadores estaduais por nível geográfico do planejamento anual das atividades relacionadas ao Cadastro Único – Brasil e Grandes Regiões

Respostas	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Para o estado, como um todo.	88,5	85,7	88,9	75,0	100,0	100,0
Por Regiões	7,7	14,3	11,1	,0	,0	,0
Por Município	3,8	,0	,0	25,0	,0	,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: q36. Para qual escopo as metas do planejamento anual são especificadas?

Os indicadores que os coordenadores estaduais do Cadastro Único acompanhavam periodicamente se referem às atualizações cadastrais (96,3%), cobertura cadastral (66,7%), e inclusões cadastrais (40,7%).

Tabela 33 – Percentual de coordenadores estaduais por indicadores acompanhados, Brasil

Indicadores acompanhados pela Gestão Estadual (% em relação ao total de cada coluna)	%
Atualizações Cadastrais	96,3
Cobertura Cadastral	66,7
Inclusões cadastrais	40,7
Outros 2	29,6
Outros 1	11,1

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. N=

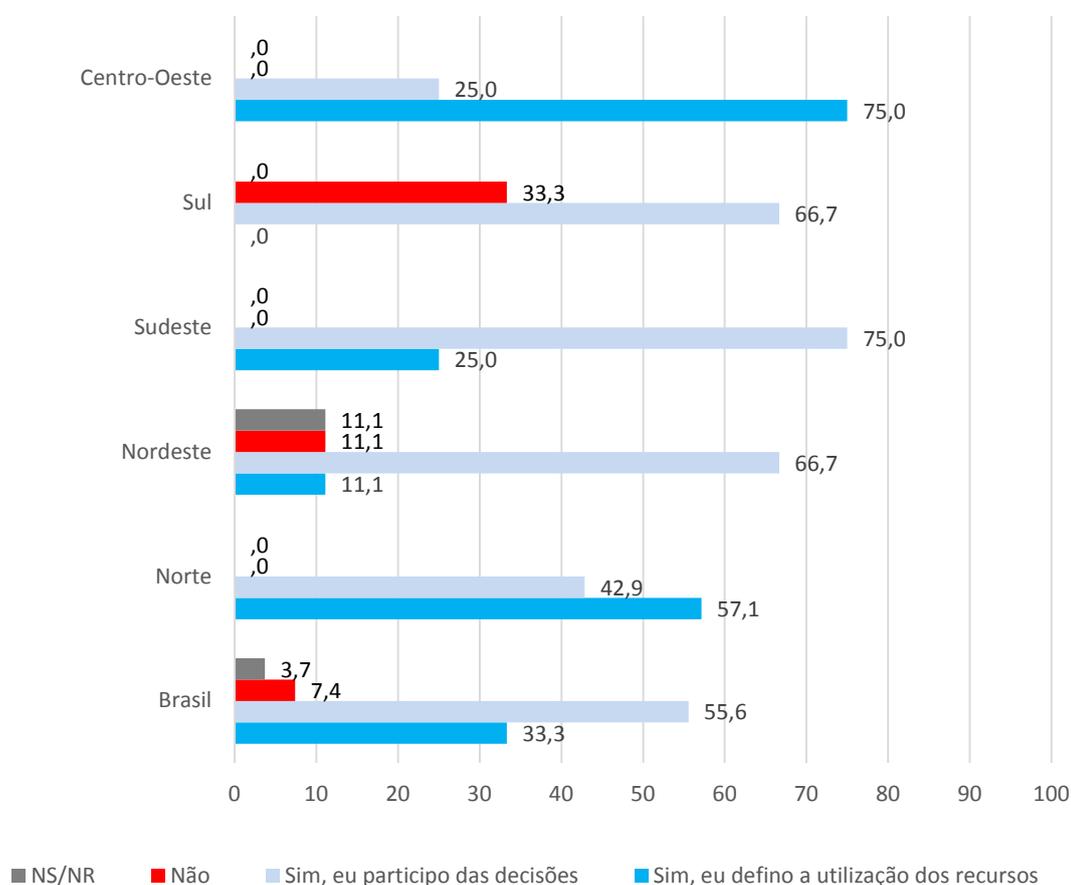
Pergunta: 37. Quais são os indicadores que a Gestão Estadual do Cadastro Único acompanha periodicamente? (ESTIMULADA/ Até 3 opções)

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

Obs.: As maiores frequências da opção Outros foram relacionadas a: Execução do IGD-E; Acompanhamento de saúde; Condições e transferência de renda.

Quanto às questões relacionadas ao IGD-E, ficou claro que os coordenadores estaduais, em grande parte, não possuíam autonomia para decidir como utilizar e aplicar os recursos proveniente do IGD-E. Apenas 33,3% dos coordenadores estaduais definem a utilização dos recursos. Na região Centro-Oeste foi verificado o maior percentual de gestores que definiam a utilização dos recursos do IGD-E (75%), o menor é da região Sul (0%).

Gráfico 52 – Percentual de coordenadores estaduais por participação na decisão sobre a utilização dos recursos provenientes do IGD-E – Brasil e Grandes Regiões

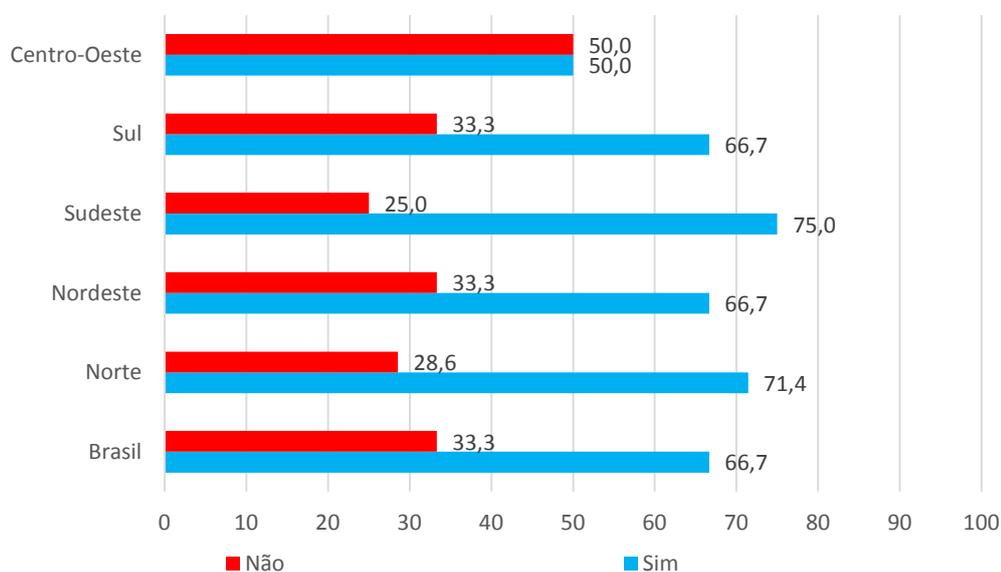


Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: q38. O Sr(a) define ou participa das decisões sobre a utilização dos recursos provenientes do IGD-E?

Na maioria dos casos (66,7%), os secretários da pasta a qual a coordenação do Cadastro Único está vinculada definiam a aplicação dos recursos do IGD-E. O Conselho Estadual de Assistência Social (27,8%) apareceu na segunda posição. Merece destaque a região Sudeste, que apresentou 66,7% de gestores que não responderam ou não sabem quem define como os recursos do IGD-E são aplicados. Quanto à utilização do recurso do IGD-E, eles eram gastos exclusivamente no Cadastro Único e no Bolsa Família em 92,6% dos municípios.

No que tange ao acompanhamento das ações municipais de cadastramento, a pesquisa mostrou que um terço dos coordenadores não realizava o acompanhamento das ações municipais de cadastramento. Na região Centro-Oeste este percentual foi de 50%, o menor dentre as regiões. A região Sudeste apresentou o maior percentual (75%).

Gráfico 53 – Percentual de coordenadores estaduais por acompanhamento das ações municipais de cadastramento – Brasil e Grandes Regiões



Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: q44. A Gestão Estadual do Cadastro Único realiza acompanhamento das ações municipais de cadastramento? (ESTIMULADA 1 OPÇÃO)

Dentre aqueles que o fazem, a periodicidade de acompanhamento das ações municipais, em grande parte, é mensal (38,9%). Os que realizam esse acompanhamento diariamente representam 22,2% dos coordenadores, enquanto 16,7% realizam o acompanhamento semanal.

Tabela 34 – Percentual de coordenadores estaduais por periodicidade de acompanhamento das ações municipais, Brasil

Respostas	Brasil
Diária	22,2
Semanal	16,7
Mensal	38,9
Semestral	16,7
Anual	5,6
Total	100

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015. Pergunta: q45. Qual a periodicidade do acompanhamento das ações municipais de cadastramento?(ESTIMULADA 1 OPÇÃO)

Com relação aos tipos de ajuda que as equipes municipais solicitavam à coordenação estadual do Cadastro Único, elas se referem, sobretudo, a problemas relacionados a denúncias na prestação de informações inverídicas ou omissão de informações (92,6%), dificuldades relacionadas ao uso do

Sistema de Cadastro Único (77,8%), dúvidas relacionadas a regras e conceitos do Cadastro Único (70,4%), problemas relacionados à capacitação (70,4%) e problemas relacionados o processo de cadastramento (66,7%).

Tabela 35 – Percentual de coordenadores estaduais por tipo de ajuda mais frequente fornecida às equipes municipais, Brasil

Tipos de ajuda mais frequentes fornecidas às equipes municipais	Brasil
Dúvidas relacionadas a regras e conceitos do Cadastro Único	70,4
Dificuldades relacionadas ao uso do Sistema de Cadastro Único	77,8
Problemas relacionados o processo de cadastramento	66,7
Problemas relacionados a denúncias à prestação de informações inverídicas ou omissão de informações	92,6
Problemas relacionados à capacitação	70,4
Outros	29,6

Fonte: Pesquisa Datamétrica / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - 15/10 a 22/12/2015.

Pergunta: 47. As equipes municipais procuram ajuda junto à Gestão estadual do Cadastro Único sobre quais temas? (ESTIMULADA ATÉ 7 OPÇÕES COM ORDENAMENTO)

Obs.: A soma nas colunas pode ultrapassar 100% porque cada entrevistado poderia apresentar mais de uma resposta.

Os coordenadores estaduais também avaliaram o apoio recebido pela CAIXA e pelo MDS. De acordo com os coordenadores, nos casos em que a coordenação estadual do Cadastro Único necessitava de ajuda para atender às demandas dos municípios e solicitava apoio à CAIXA, ele atribuiu nota média de 7,2 para tal apoio. Para o MDS, neste mesmo atributo, os coordenadores deram nota média de 8,1.

Dos 27 coordenadores entrevistados, todos afirmaram que leem frequentemente os informativos do MDS sobre o Cadastro Único, bem como informaram que os utilizam nas atividades cotidianas.

6. Considerações Finais

Este relatório apresentou os principais resultados da Pesquisa de Avaliação da Qualidade do Cadastro Único. A Pesquisa teve por objetivo avaliar a qualidade das informações registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, considerando como qualidade o grau de consistência entre as informações prestadas no Cadastro e na pesquisa. As entrevistas realizadas com as famílias permitiram identificar o grau de conhecimento sobre o Cadastro Único e questões relacionadas ao processo de cadastramento e ao acesso a benefícios. Além disso, buscou conhecer a infraestrutura administrativa e física que dá suporte à gestão e execução do Cadastro Único, através de pesquisa junto aos gestores municipais e coordenadores estaduais do Cadastro Único e aos entrevistadores.

Assim, a partir desta pesquisa, sabe-se que o perfil dos gestores municipais é predominantemente de mulheres, na faixa etária entre 31 e 40 anos, com ensino médio, exclusividade de trabalho para o

Cadastro Único e vínculo através de concurso ou cargo comissionado. Já os coordenadores estaduais são predominantemente mulheres, com mais de 45 anos de idade, possuem nível superior, também trabalham em outras funções para além da coordenação do Cadastro Único e são concursados ou ocupam cargos em comissão. De uma maneira geral, tanto coordenadores estaduais quanto gestores municipais, se mostram satisfeitos com as equipes e infraestrutura disponíveis para o trabalho, fizeram capacitação e se utilizam dos informativos do MDS.

A maioria dos municípios realiza visitas domiciliares, seja para fazer novos cadastros, seja para conferir informações prestadas pelos cadastrados. Na maioria dos municípios, o principal posto de cadastramento são as unidades dos CRAS. A maioria dos municípios também realiza ações de divulgação do Cadastro e faz mutirões de cadastramento.

O perfil dos entrevistadores também é predominantemente de mulheres, na faixa etária entre 31 e 40 anos. Contudo, a maioria possui nível médio de escolaridade, o vínculo com a atividade se dá por meio de contrato temporário e exercem outros trabalhos. A maioria também possui mais de um ano no vínculo, já realizaram capacitação e declararam fazer a maior parte das entrevistas utilizando formulário em papel. Também declararam problemas com a infraestrutura física para a realização das entrevistas.

A pesquisa revelou também que a maior parte das famílias cadastradas conhece o Cadastro Único quando perguntados se conheciam ou se tinham ouvido falar sobre esse instrumento. Contudo, o conhecimento mostrou-se mais elevado quando o Cadastro Único foi associado a programas sociais específicos. Com relação a quem poderia ter acesso, os responsáveis familiares também indicaram mais frequentemente que “famílias pobres” poderiam ser cadastradas, mas também se destacaram as respostas “famílias com crianças” e “famílias desempregadas”.

O conhecimento sobre a renda máxima permitida para que uma família pudesse ser cadastrada foi menor. No entanto, em relação à documentação necessária para cadastramento, o conhecimento foi mais elevado, talvez pelo fato de que esses documentos são condição necessária para concluir o processo de cadastramento. Com relação ao local de cadastramento, destacaram-se o CRAS e postos de atendimento da prefeitura.

O programa social mais associado ao Cadastro Único, dentre os que afirmaram conhecer o Cadastro Único, foi o Programa Bolsa Família. Em seguida, os programas mais destacados foram a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Minha Casa Minha Vida. Em relação à experiência do cadastramento, quase todos que declaram terem sido entrevistados afirmaram que foram bem tratados. A maioria dos entrevistados indicou que teve facilidade em responder às perguntas. Uma minoria indicou ter recebido tratamento preconceituoso durante o processo de cadastramento, e quando questionados sobre o motivo para tal tratamento, a principal resposta foi a condição social. E sobre como se sentem em relação à

condição financeira, muitos responderam que se sentem excluídos e/ou com menos oportunidades do que outros.

Ao avaliar a qualidade das informações do Cadastro Único a partir de testes de diferença de médias entre as informações fornecidas pelas famílias no momento do cadastramento e aquelas fornecidas na pesquisa de campo, verifica-se que não há diferenças estatisticamente significativas na declaração da quantidade de meses trabalhados nos últimos 12 meses, nem no percentual de pessoal em trabalho formal ou informal, como também no número de famílias onde há a presença do cônjuge. Por outro lado, as variáveis de rendimentos, bem como a variável de quantidade de pessoas no domicílio, apresentaram diferenças estatisticamente significativas. O mesmo ocorre com as médias das variáveis de despesas da pesquisa e do Cadastro, que também apresentaram diferenças estatisticamente significativas.

Parte das diferenças médias entre a pesquisa e o Cadastro podem se dar devido a alguns fatores. Dentre eles estão a própria natureza da variável, que depende de fatores sazonais e/ou fatores conjunturais e, portanto, são variáveis passíveis de volatilidade. Diferenças entre pesquisa e Cadastro no local de entrevista e registro das informações. Além da defasagem temporal da realização do registro das informações. Assim, diferenças entre o Cadastro e a pesquisa não necessariamente podem ser considerados como problema na qualidade das informações.

Vale ressaltar que, por mais que sejam empreendidos esforços no sentido de manter as informações das famílias atualizadas e precisas, a própria realidade das famílias, que são sujeitas aos mais variados choques, e a própria natureza das variáveis coletadas pelo Cadastro Único (despesa, renda, trabalho, etc.) dificultam a ocorrência de perfeita concordância das informações. Assim, ações por parte dos gestores do Cadastro Único em todas as esferas (municipal, estadual e federal), com o objetivo de manter as informações sempre atualizadas, são muito importantes. Melhorias nos processos de treinamento dos entrevistadores e gestores, nos processos de coleta, no processamento e manutenção das informações; maiores incentivos à realização de visitas domiciliares; melhorias na infraestrutura de trabalho dos entrevistadores e coordenadores municipais; redução da rotatividade das equipes, dentre outros, poderão contribuir para a melhoria do Cadastro Único.

Portanto, espera-se que, a partir da disponibilização dos resultados da pesquisa e dos microdados, algumas iniciativas possam ser tomadas para aperfeiçoar os processos de coleta, atualização, acompanhamento e monitoramento de informações das famílias de baixa renda do país, e com isso fortalecer ainda mais o Cadastro Único como principal instrumento de identificação e caracterização dessas famílias.